

**AMANDA ISABELA HAKIME BARCELOS**

**ANÁLISE DA SUCESSÃO FAMILIAR NOS SISTEMAS PRODUTIVOS NO  
ESTADO DE MATO GROSSO**

**TANGARÁ DA SERRA / MT- BRASIL  
FEVEREIRO/2019**

**AMANDA ISABELA HAKIME BARCELOS**

**ANÁLISE DA SUCESSÃO FAMILIAR NOS SISTEMAS PRODUTIVOS NO  
ESTADO DE MATO GROSSO**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação *Strictu- Sensu* em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Cunha de França

**TANGARÁ DA SERRA/ MT – BRASIL  
FEVEREIRO/2019**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

B242a BARCELOS, Amanda Isabela Hakime .  
Análise da Sucessão Familiar Nos Sistemas Produtivos no  
Estado de Mato Grosso / Amanda Isabela Hakime  
Barcelos - Tangará da Serra, 2019.  
82 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (não)

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu  
(Mestrado Acadêmico) Interdisciplinar em Ambiente e Sistemas  
de Produção Agrícola, Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas,  
Engenharia e da Saúde, Câmpus de Tangara da Serra,  
Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019.

Orientador: Raimundo Nonato Cunha de França

1. Sucessão Geracional. 2. Juventude Rural. 3. Políticas  
Públicas. 4. Desenvolvimento Rural. I. Amanda Isabela Hakime  
Barcelos. II. Análise da Sucessão Familiar Nos Sistemas  
Produtivos no Estado de Mato Grosso: .

CDU 631.5(817.2)

**AMANDA ISABELA HAKIME BARCELOS**

**“ANÁLISE DA SUCESSÃO FAMILIAR NOS SISTEMAS PRODUTIVOS NO  
ESTADO DE MATO GROSSO”**

Dissertação apresentada à  
Universidade do Estado de Mato  
Grosso, como parte das exigências  
do Programa de Pós-graduação  
*Stricto Sensu* em Ambiente e  
Sistemas de Produção Agrícola para  
obtenção do título de Mestre.

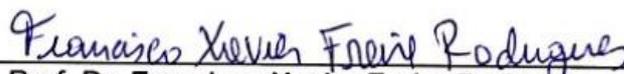
Aprovada em 06 de fevereiro de 2019.

**Banca Examinadora**



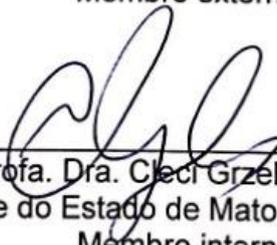
---

Prof. Dr. Raimundo Nonato Cunha de França  
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT  
Orientador



---

Prof. Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues  
UFMT – Cuiabá  
Membro externo



---

Profa. Dra. Cleci Grzebieluckas  
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT  
Membro interno

**TANGARÁ DA SERRA/MT- BRASIL**

**2019**

## DEDICATÓRIA

À Deus, por todas as graças e todos os livramentos, pela infinita bondade e amor.

Aos meus pais, Maria Izabel Hakime Barcelos e Jorge Luiz de Assis Barcelos e minha irmã Alana Isabela Hakime Barcelos por todo apoio, e dedicação, não apenas durante o mestrado, mas todos os dias da minha vida.

Aos meus professores e amigos queridos, por todo o apoio.

Aos jovens rurais, sem os quais a realização deste trabalho não seria possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, que permitiu todos os acontecimentos ao longo da minha vida, por ter me proporcionado muitos momentos bons, por permitir que pessoas maravilhosas estivessem sempre ao meu lado e por ter me dado saúde, coragem e força para superar qualquer dificuldade nesta jornada.

A minha família pelo apoio incondicional, amor, incentivo, educação e paciência, em especial aos meus pais Maria Izabel e Jorge Luiz, meus exemplos de vida, e a minha irmã Alana Isabela, que estiveram ao meu lado em todos os momentos que precisei.

Agradeço a todos os professores que me acompanharam e foram fundamentais durante o mestrado, em especial ao meu orientador Prof. *D.Sc.* Raimundo Nonato Cunha de França e ao meu co-orientador Prof. *D.Sc.* Gilmar Laforga, pelo suporte e o empenho dedicados durante a elaboração deste trabalho.

E por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação!

## **LISTA DE SIGLAS**

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FIES – Financiamento Estudantil

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NPT – Nossa Primeira Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAJUR - Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural

PCNF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

## LISTA DE FIGURAS

	<b>Páginas</b>
Figura 1. Mapa com os municípios em que se localizam as propriedades.....	24
Figura 2. Grau de escolaridade dos entrevistados.....	25
Figura 3. Mudanças e melhorias a serem realizadas nas unidades produtivas.....	34

## LISTA DE QUADROS

### Páginas

Quadro 1. Caracterização dos entrevistados quanto ao tipo de agricultura, tamanho e local da propriedade.....	21
Quadro 2. Número de hectares referentes ao módulo fiscal dos municípios em que se localizam propriedades dos entrevistados.....	23

## LISTA DE TABELAS

### Páginas

Tabela 1. Conhecimento dos entrevistados sobre o Pronaf Jovem.....	54
Tabela 2. Conhecimento dos entrevistados sobre o ProJovem Campo, Saberes da Terra.....	55
Tabela 3. Conhecimento dos entrevistados sobre o Programa Nossa Primeira Terra (PNPT)e Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR).....	55
Tabela 4. Conhecimento dos entrevistados sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) .....	55
Tabela 5. Conhecimento dos entrevistados sobre o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural.....	56
Tabela 6. Conhecimento dos entrevistados sobre o Programa Juventude e Meio Ambiente.....	57
Tabela 7. Conhecimento dos entrevistados sobre o Programa Universidade Para Todos (ProUni) .....	57
Tabela 8. Conhecimento dos entrevistados sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) .....	57

## SUMÁRIO

	<b>Páginas</b>
LISTA DE SIGLAS .....	5
LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE QUADROS.....	7
LISTA DE TABELAS.....	8
RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
INTRODUÇÃO GERAL.....	12
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15
ARTIGO 1. Caracterização dos jovens rurais, inclusão no trabalho agropecuário e percepções sobre a transmissão do patrimônio no estado de Mato Grosso - Brasil.....	16
ARTIGO 2. Conhecimento e acesso dos jovens rurais às políticas públicas no estado de Mato Grosso – Brasil.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	63
ANEXOS.....	64

## RESUMO

A reprodução social na agricultura é dependente da sucessão por um dos herdeiros da família, que, desde a infância, deve ser inserido na realidade do trabalho agropecuário. Porém, essa lógica de reprodução mostra-se ameaçada, visto que os jovens escolhem projetos de vida que, muitas vezes, interrompem a continuidade da atividade agrícola, gerando uma crise na sucessão familiar na agricultura. Conhecer a realidade em que os jovens estão inseridos é fundamental para identificar quais são os fatores que os motivam em suas escolhas para permanência ou não no campo. Nesse contexto, a pesquisa analisou a dinâmica da sucessão geracional no contexto rural do estado de Mato Grosso, tendo como eixo a agricultura de tipo familiar e patronal. A pesquisa foi realizada com 36 jovens com idades entre 18 e 28 anos, filhos de produtores rurais, considerados os prováveis sucessores das unidades produtivas, pertencentes a 17 diferentes municípios do estado de Mato Grosso. Optou-se pela abordagem de tipo qualitativa, com técnicas quantitativas. Para a escolha dos sujeitos da pesquisa, foi utilizado o método bola de neve, e foi elaborado um formulário para coletar informações diretamente dos entrevistados. Constatou-se que a maioria dos jovens moram na cidade atualmente, sendo que grande parte deles nunca residiu no meio rural. No que diz respeito a dinâmica da sucessão geracional no contexto rural, verificou-se que 41,6% dos jovens entrevistados desejam trabalhar na propriedade dos pais, ou seja, pretendem realizar a sucessão familiar e dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos pais. Concluiu-se que os jovens apresentam um baixo nível de conhecimento no que se refere a políticas públicas ou programas voltados para a juventude rural e que estes apenas tiveram acesso as políticas estudantis. Dessa forma, o desafio primário é fazer a informação chegar até o jovem rural para que este tenha acesso aos recursos que estão à sua disposição.

**Palavras-chave:** Sucessão geracional; juventude rural; políticas públicas, desenvolvimento rural.

## **ABSTRACT**

Social reproduction in agriculture is dependent on succession by one of the heirs of the family, who, from childhood, must be inserted into the reality of agricultural work. However, this logic of reproduction has been threatened, since young people choose projects of life that often interrupt the continuity of agricultural activity, generating a crisis in family succession in agriculture. Knowing the reality in which young people are inserted is fundamental to identify the factors that motivate them in their choices of permanence or not in the field. In this context, the research's objective was to analyze the dynamics of the generational succession in the rural context of the state of Mato Grosso, based on family and employer type agriculture. The research was carried out with 36 youngsters between 18 and 28 years old, children farmers, considered the probable successors of the productive units, belonging to 17 different municipalities in the state of Mato Grosso. Was opted for the qualitative approach, with quantitative techniques. In order to determine the subjects of the research, the snowball method was used and a form was developed to collect information directly from the interviewees. It was found that most of the young people live in the city today, and most of them have never lived in rural areas. With respect to the dynamics of the generational succession in the rural context, it was found that 41.6% of the young people interviewed wanted to work on their parents' property, that is, they wanted to carry out family succession and continue the work done by their parents. It was concluded that young people have a low level of knowledge regarding public policies or programs aimed at rural youth and that they only had access to student policies. In this way, the primary challenge is to get the information to reach the young rural so that he has access to the resources that are available to him.

**Keywords:** Generational succession; rural youth; public policies, rural development.

## INTRODUÇÃO GERAL

Até a década de 1960, período anterior à modernização da agricultura no Brasil, o padrão sucessório predominante no meio rural era caracterizado pelo interesse dos filhos em assumir a propriedade existente e ampliar o patrimônio (COSTA et al., 2011). De acordo com Drebes e Spanevello (2017), até meados do século XX, as estratégias de sucessão familiar eram realizadas com sucesso: os filhos dos produtores rurais também se tornavam produtores rurais. Com a modernização da agricultura, esse cenário foi modificado, acarretando uma série de fatores socioeconômicos desfavoráveis à ocorrência da sucessão familiar.

Trabalhos realizados por Barreto e Fontoura (2011) afirmam que o êxodo rural, assim como a modernização do campo, tem relação direta com os processos de urbanização, que pode ocorrer devido à falta de perspectiva das populações no campo, bem como pelo processo de industrialização, que requer grande parte da mão de obra proveniente do meio rural, resultando assim, na conseqüente procura pelas cidades como alternativa de sobrevivência.

A reprodução social na agricultura é dependente da sucessão por um dos herdeiros da família, que, desde a infância, deve ser inserido na realidade do trabalho agropecuário. Segundo Chemin e Ahlert (2010), sucessão é a passagem da gerência do negócio e do patrimônio para a próxima geração, ou seja, a transferência legal da propriedade da terra e dos bens existentes. De acordo com Capelão (2000), sucessão é o rito de transferência de poder entre a geração que atualmente conduz a propriedade e a que virá a conduzir.

Porém, segundo Coradini (2015), essa lógica de reprodução mostra-se ameaçada, visto que os jovens escolhem projetos de vida que, muitas vezes, interrompem a continuidade da atividade agrícola, gerando uma crise na sucessão hereditária da agricultura. De acordo com Costa e Ralisch (2013), a ideia de que os filhos assumirão o papel dos pais cada vez mais se distancia da realidade, o que acaba por interromper o processo de sucessão familiar na propriedade, constituindo-se uma ameaça para o desenvolvimento rural. O êxodo dos jovens promove um envelhecimento do meio rural, visto que apenas os mais velhos permanecem no campo. Essa situação se agrava devido a maior parte dos emigrantes rurais serem

mulheres, caminhando, dessa forma, para um processo de masculinização do campo.

De acordo com Brumer e Anjos (2008), um grande problema que influencia a questão da sucessão na agricultura é a desvalorização da atividade, devido seu aprendizado ser em grande parte, fora da escola, fazendo com que a agricultura seja considerada como a única oportunidade de trabalho dos jovens que não puderam estudar ou não conseguiram se inserir em outros mercados de trabalho. Essa visão ocorre, muitas vezes, na perspectiva dos próprios pais, que não imaginam os filhos estudados voltarem para a propriedade, e, dessa forma, a obrigação familiar de permanecer com os pais perde espaço, alterando-se a sucessão familiar (ROSA; SILVA, 2010). De acordo com Mendonça et al. (2013), a renda baixa proveniente das atividades no campo interfere na permanência dos jovens na propriedade, e, nesses casos, é comum os próprios pais incentivarem seus filhos a buscarem oportunidades fora do meio rural.

Dessa forma, os jovens acabam abandonando o campo em busca de emprego e renda nas cidades, que, com frequência, não têm mercado de trabalho suficiente para integrá-los. Porém, de acordo com Delfini e Oliveira (2009), as causas da migração do campo para a cidade ultrapassam às questões de trabalho e renda, envolvendo outros motivos no que diz respeito a como os jovens percebem a sua realidade e as perspectivas individuais para o futuro.

A não existência de sucessores acarreta o encerramento dos estabelecimentos agropecuários familiares, visto que não ocorre a transmissão da unidade produtiva do pai para o filho, o que ocasiona efeitos sociais, econômicos e culturais. A partida do herdeiro representa o fim da empresa agrícola à medida que o jovem anula a obra paterna, que, muitas vezes, representa o trabalho de uma vida inteira (BOURDIEU, 2012).

Conhecer a realidade em que os jovens estão inseridos é fundamental para identificar quais são os fatores que os motivam em suas escolhas de permanência ou não no campo, visto que, muitas vezes, os próprios pais podem ser os responsáveis pela evasão dos seus filhos, visto que estes ajudam na propriedade, no entanto, não possuem nenhum poder de decisão ou acesso a renda pelo trabalho que executam, devido as condições produtivas da propriedade não serem as mais favoráveis (SANT'ANA; COSTA, 2004).

A redução do êxodo rural dos jovens requer um processo de reconstrução do meio rural, muitas vezes desacreditado, fazendo com que a agricultura encontre dificuldades para garantir a sua reprodução social, o que está diretamente relacionado ao crescente desinteresse da população rural jovem, principalmente as mulheres, em permanecer no campo (PANNO; MACHADO, 2016). Nesse contexto, a sucessão geracional é um processo fundamental para a reprodução social da agricultura, seja ela familiar ou patronal, pois o patrimônio além de ser a base do negócio comercial, muitas vezes é também o alicerce em que se mantém e se organiza a vida familiar (KIYOTA et al, 2012).

O objetivo central deste trabalho é analisar a dinâmica da sucessão geracional no contexto rural do estado de Mato Grosso, tendo como eixo a agricultura familiar e patronal. Como metodologia, a pesquisa se baseou numa abordagem qualitativa, com utilização de formulário para coleta de dados. Para se determinar os sujeitos entrevistados foi utilizado o método bola de neve, a ser descrito posteriormente. Dessa forma, os resultados da pesquisa serão apresentados na forma de artigos com a intenção gerar informações sobre as perspectivas dos jovens com relação à vida no campo e, em certa medida, visualizar o futuro da agricultura nesse contexto.

A dissertação está dividida em dois artigos. O primeiro com a temática “Caracterização dos jovens rurais, inclusão no trabalho agropecuário e percepções sobre a transmissão do patrimônio no estado de Mato Grosso – Brasil”, e o segundo buscou analisar o “Conhecimento e acesso dos jovens rurais às políticas públicas no estado de Mato Grosso – Brasil”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, V.A.V; FONTOURA, L.F.M. **O processo de urbanização das cidades locais e a relação cidade-campo**: o local e o global a partir de um estudo de caso. Porto Alegre: Associação Brasileira de Geógrafos, 2011. (Boletim gaúcho de geografia, 36).
- BOURDIEU, P. As contradições da herança. In: Bourdieu, P. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, v. 11, n. 12, 2008.
- CAPELÃO, L. G. F. Relações de poder no processo de sucessão em empresas familiares: O caso das indústrias Filizola S/A. **Organizações & Sociedade**, v. 7, n. 18, 2000.
- CHEMIN, B. F.; AHLERT, L. A sucessão patrimonial na agricultura familiar. **Estudo & Debate**, v. 17, n. 1, 2010.
- CORADINI, L. Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de Faxinal do Soturno – Brasil. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 33, 2015.
- COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. Juventude rural do Assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, 2013.
- COSTA, M. R. C. et al. O destino das unidades de produção familiares no meio rural: um estudo sobre a juventude no município de Morro Redondo – RS. **História: Debates e Tendências**, v. 11, n. 1, 2011.
- DELFINI, S. T.; OLIVEIRA, J. T. A. Agricultura familiar e empreendedorismo: análise e avaliação do programa de formação de jovens empresários rurais (PROJOVEM). **Revista Ceres**, v. 56, n.6, 2009.
- DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. **Holos**, v. 2, n. 33, 2017.
- KIYOTA, N. et al. Estratégia de sucessão geracional na agricultura Familiar: o caso do condomínio Pizzolatto. **Informe Gepec**, v. 16, n. 1, 2012.
- MENDONÇA, K. F. C. et al. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 2, 2013.
- PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. A sucessão em propriedades rurais familiares de Frederico Westphalen/RS: Influências e direcionamentos decisórios dos atores. **Redes**, v. 21, n. 3, 2016.
- ROSA, C. I. L. F.; SILVA, O. H. Sucessão familiar e cooperativismo: o caso da cooperativa Cooperval. **Revista NUPEM**, v. 2, n. 2, 2010.
- SANT'ANA, A. L.; COSTA, V. M. H. M. Produtores familiares e estratégias ligadas à terra. **Revista Estudos Regionais**, v. 42, n. 4, 2004.

## **CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS RURAIS, INCLUSÃO NO TRABALHO AGROPECUÁRIO E PERCEPÇÕES SOBRE A TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO NO ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL.**

[Revista Interações]

### **RESUMO**

Para que as atividades agropecuárias mantenham sua importância frente a produção de alimentos, geração de emprego e renda no meio rural, é necessário que ocorra a sucessão familiar nas unidades de produção, ou seja, é preciso que os jovens, filhos dos agricultores, assumam o lugar de seus pais e se tornem os responsáveis pela continuidade das atividades da propriedade. Os principais entraves para a ocorrência da sucessão familiar estão relacionados com a falta de preparo e capacitação do sucessor, a resistência do pai em ceder o lugar ou falta de interesse do sucessor pela continuação da atividade. O estudo teve como objetivo descrever as características da juventude rural, os fatores que influenciam sobre a permanência ou êxodo na agricultura, a situação dos jovens no contexto rural, no que diz respeito à socialização e inclusão no trabalho agrícola e as percepções dos prováveis sucessores sobre a transmissão do patrimônio. A pesquisa é do tipo descritiva com abordagem qualitativa e teve como instrumento de coleta formulário estruturado. A coleta de dados foi realizada através um formulário com perguntas abertas e fechadas. Para se determinar os sujeitos alvos da pesquisa utilizou-se o método bola de neve e, através dele, foram entrevistados 36 jovens, filhos de agricultores familiares e patronais, considerados os prováveis sucessores de estabelecimentos agropecuários localizados em 17 diferentes municípios de Mato Grosso. As idades dos entrevistados variaram de 18 a 28 anos, apresentando uma média de 22,4 anos. Concluiu-se que 91,7% dos jovens residem na cidade atualmente, sendo que 41,7% dos entrevistados nunca moraram no meio rural. Apesar disso, 41,6% dos jovens entrevistados desejam trabalhar na propriedade dos pais, dando continuidade na atividade rural desenvolvida pela família e 80,6% dos jovens desejam investir na unidade produtiva da família, promovendo melhorias diversas no sistema de produção. Os jovens, de uma forma geral, consideram o cenário agrícola como altamente suscetível a riscos, por ser dependente de fatores climáticos.

**Palavras-chave:** Juventude Rural, Sucessão Familiar, Desenvolvimento Rural.

## **CHARACTERIZATION OF RURAL YOUNG PEOPLE, INCLUSION IN AGRICULTURAL WORK AND PERCEPTIONS ON THE TRANSMISSION OF PATRIMONY IN THE STATE OF MATO GROSSO – BRAZIL**

### **ABSTRACT**

In order for agricultural activities to maintain their importance in relation to food production, employment generation and income in rural areas, it is necessary that family succession take place in the production units, that is, it is necessary for young people, children of farmers, to assume the place of their parents and become responsible for the continuity of the activities of the property. The main obstacles to the occurrence of family succession are related to the lack of preparation and training of the successor, the resistance of the father in giving up the place or lack of interest of the successor by the continuation of the activity. The objective of this article was to observe the characteristics of rural youth, the factors that influence the permanence or exodus in agriculture, the situation of young people in the rural context, with regard to socialization and inclusion in agricultural work and the perceptions of probable successors on the transfer of assets. The research was classified as qualitative, with quantitative techniques. Data collection was done through a form with open and closed questions. In order to determine the subjects to be surveyed, the snowball method was used and 36 youngsters, children of family farmers and employers, were interviewed, considered the probable successors of agricultural establishments located in 17 different municipalities of Mato Grosso. The ages of the interviewees ranged from 18 to 28 years, presenting an average of 22.4 years. It was concluded that 91.7% of young people live in the city today, with 41.7% of those interviewed never lived in rural areas. Nevertheless, 41.6% of young people interviewed wanted to work on their parents' property, giving continuity to rural activities developed by the family, and 80.6% of young people wanted to invest in the family's productive unit, promoting various improvements in the production system. Young people, in general, consider the agricultural scenario as highly susceptible to risks, because it is dependent on climatic factors.

**Keywords:** Rural Youth, Family Succession, Rural Development.

## 1. INTRODUÇÃO

As atividades agropecuárias são responsáveis pelo fornecimento de alimento em todo o mundo, bem como pela geração de empregos e produção para exportação, o que reflete diretamente na economia do país. Porém, para que o setor mantenha sua importância para o desenvolvimento do país, é necessário que ocorra a sucessão familiar nas unidades de produção, ou seja, é preciso que os jovens, filhos dos agricultores, assumam o lugar de seus pais e se tornem os responsáveis pela continuidade das atividades da propriedade.

Segundo Spanevello et al. (2011), entende-se por sucessão a transferência do controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio familiar aos filhos sucessores. Para Gazolla e Schneider (2007), o patrimônio que o produtor transmite para seu sucessor é cultural, simbólico e rico em conhecimentos acumulados a cada geração, não apenas um patrimônio material e produtivo.

De acordo com Boessio e Doula (2016), a preocupação referente a permanência dos jovens no meio rural, cujas pesquisas foram impulsionadas a partir de 1980, é motivada pelo crescente êxodo rural que têm resultado em dois processos: o envelhecimento e a masculinização no campo. Segundo White (2012), a temática referente ao êxodo ou permanência dos jovens no meio rural é cada vez mais importante, visto que, estes serão os responsáveis por organizar e dinamizar as áreas de produção nas próximas décadas, o que afeta diretamente toda a dinâmica do meio rural.

Segundo Castro et al. (2009), no Brasil, as pesquisas sobre a juventude rural costumam ter como enfoque os filhos de agricultores familiares, não abrangendo filhos de produtores em larga escala, jovens empreendedores no meio rural ou jovens de grupos tradicionais, o que torna a discussão da problemática um tanto quanto incompleta. Visando romper esse paradigma, a pesquisa em questão envolveu jovens filhos de agricultores familiares e patronais, de modo a enriquecer a discussão e gerar informações mais completas. Nesse contexto, o estudo teve como objetivo descrever as características da juventude rural, os fatores que influenciam sobre a permanência ou êxodo na agricultura, a situação dos jovens no contexto rural, no que diz respeito à socialização e inclusão no trabalho agrícola e as percepções dos prováveis sucessores sobre a transmissão do patrimônio.

### **1.1. Conceituando a juventude rural**

De acordo com Casagrande et al. (2012), existe uma ampla variedade de definições sobre o conceito de jovem, podendo apresentar diversas abordagens, como: a faixa etária, o período de transição ou ciclo de vida, o enfoque geracional, a cultura ou modo de vida e a reprodução social. O conceito de jovem pode estar ligado ainda, a figura de liberdade, “despreocupação”.

Para Kummer e Colognese (2013), a categoria jovem é considerada uma das mais complexas para se definir entre as faixas etárias e momentos da vida humana, visto que, supõe-se que seja um período de transição e, portanto, se encontre em ambiente variável. Porém, para esses autores, a fase da juventude é aquela situada entre a infância e vida adulta, que compreende o fim do desenvolvimento cognitivo da criança até a início da vida adulta.

Segundo Souza et al. (2016), a juventude faz parte de uma construção social e cultural, cujos significados e funções variam de acordo com cada momento histórico. Para Weisheimer (2005), a juventude rural é entendida como uma parcela altamente fragilizada da sociedade, à medida que permanecem invisíveis tanto para o meio acadêmico quanto para o sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos. Esta falta de reconhecimento faz o jovem rural migrar para as cidades provocando consequências como quebra da estrutura de hereditariedade e concentração da terra.

### **1.2. O processo sucessório e seus principais entraves**

Conforme a empresa agrícola evolui no tempo, surge a questão da continuidade do negócio ao longo das gerações de uma família. Entre os fatores que determinam a longevidade de uma empresa agrícola, o processo de sucessão é considerado o principal determinante da continuidade das empresas familiares (ALCÂNTARA; MACHADO FILHO, 2014). Segundo Lobley et al. (2010), os níveis de sucessão entre gerações na agricultura são muito maiores que em outras opções de trabalhos independentes. Quando o novo sucessor apresenta um conhecimento altamente detalhado, a sucessão geralmente é bem-sucedida, o que é vital para a continuidade da agricultura.

De acordo com Gasson e Errington (1993), o processo sucessório é composto de quatro estágios: envolvimento das crianças no trabalho, aprendizado das técnicas de produção pelos filhos, trabalho em parceria com os pais através da divisão de

responsabilidades e, finalmente, a tomada do controle do estabelecimento. Já na visão de Vogel (2006), a sucessão está dividida em seis estágios: planejamento do agricultor sobre se aposentar, identificação do sucessor, transferência do controle do estabelecimento do agricultor para o sucessor, transferência legal da propriedade, realização de mudanças na estrutura e natureza do negócio pelo sucessor, e, finalmente, o impacto que as mudanças realizadas pelo sucessor causam na família como um todo.

Segundo Spanevello e Lago. (2010), na agricultura a sucessão é um processo tardio à medida que os pais costumam realizar a transmissão do patrimônio quando apresentam idade avançada, o que remete à questão da sucessão tardia, quando os pais passam para os filhos o controle da propriedade apenas ao ocorrer o esgotamento da força física necessária para a realização das atividades rurais consideradas mais pesadas.

De acordo com Estol e Ferreira (2006), as dificuldades relacionadas ao processo sucessório dizem respeito a falta de preparo e capacitação do sucessor; rivalidade entre familiares pela posse do estabelecimento; falta de preparo da família para a compreensão do processo sucessório; resistência do pai em ceder o lugar; resistência dos funcionários mais antigos para aceitar o sucessor ou falta de interesse do sucessor pela continuação da atividade. Os autores consideram como aspectos facilitadores do processo sucessório a compreensão e participação da família na definição de critérios para a escolha do sucessor, o planejamento do processo sucessório e a capacitação adequada do sucessor, o que está diretamente relacionado à necessidade de profissionalização da empresa rural.

Segundo Trasel et al (2014), as poucas condições de educação, os processos de migração com o conseqüente envelhecimento e masculinização do meio rural, a falta de relacionamento entre os jovens, a pouca valorização do trabalho, juntamente com a insatisfação da renda gerada pela agricultura, são os principais desencadeadores do êxodo dos jovens do meio rural para o meio urbano. Weisheimer (2009), afirma que o principal motivo que leva os jovens rurais a migrarem é a falta de oportunidade de trabalho e geração de renda, dada a impossibilidade de reprodução das unidades produtivas. Para Malagodi e Marques (2007), o não atendimento às necessidades e anseios dos jovens rurais é o elemento motivador das saídas.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado com jovens de 18 a 29 anos, filhos ou netos de agricultores familiares e patronais, considerados os prováveis sucessores dos estabelecimentos agropecuários. A pesquisa é do tipo descritiva com abordagem qualitativa e teve como instrumento de coleta formulário estruturado. Para Goldenberg (2004), em pesquisas qualitativas, a preocupação do pesquisador não diz respeito à representatividade numérica, mas sim ao aprofundamento no conhecimento sobre os sujeitos pesquisados.

O método utilizado foi o de observação não participante, que permite que seja mantida certa distância do pesquisador diante do fenômeno, não permitindo que o pesquisador se integre no grupo, pois não há compartilhamento de papéis e hábitos (MARCONI; LAKATOS, 2005). Na observação não participante, ou observação passiva, o pesquisador tem contato com a realidade estudada, mas não se integra nela, ou seja, presencia o ocorrido, mas não participa efetivamente, permanece de fora (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Para a realização das entrevistas foi elaborado um formulário contendo perguntas abertas e fechadas. O formulário, de acordo com Marconi e Lakatos (2007), é um dos instrumentos para a investigação social, cujo método de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado. É destinado à coleta de dados resultantes tanto da observação, quanto de interrogatório, sendo que o preenchimento é feito pelo próprio investigador, à medida que faz as observações ou recebe as respostas. O formulário contém também questões abertas possibilita ao informante dar respostas mais detalhadas, o que permite o aprofundamento do estudo.

Para se determinar os sujeitos alvos da pesquisa, foi utilizado o método bola de neve, uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede (VINUTO, 2014). A amostragem por bola de neve é construída seguindo-se os respectivos passos: em primeiro lugar deve-se encontrar um indivíduo pertencente à população-alvo do estudo, que é denominado de semente. Na sequência, pede-se para a semente indicar outros membros da população de interesse da pesquisa, que são denominados de filhos, ou frutos, por terem sido indicados pelas sementes (CARMO; FERREIRA, 2008).

Essa técnica é comumente utilizada em pesquisas sociais, em que, os primeiros participantes de um estudo indicam os próximos participantes, que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o chamado “ponto de saturação”, que ocorre quando os novos participantes começam a repetir os conteúdos já verificados em entrevistas anteriores, não trazendo informações novas à pesquisa (ALBUQUERQUE, 2009).

Para isso, o primeiro contato foi realizado através de um levantamento dos filhos de produtores rurais nos cursos de Agronomia e Administração em Agronegócios na Universidade do Estado de Mato Grosso, *campus* de Tangará da Serra. Os primeiros jovens entrevistados indicaram conhecidos que também se enquadravam no recorte da pesquisa, e assim sucessivamente, completando então, o método bola de neve.

A tabulação dos dados foi realizada no programa Microsoft Excel 2010 para posterior análise de conteúdo das respostas e discussão dos resultados.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1. Caracterização dos entrevistados

Um total de 36 jovens responderam ao formulário, sendo 20 homens (55,6%) e 16 mulheres (44,4%). As jovens 26 e 27 são irmãs, assim como as jovens 28 e 29. As idades dos entrevistados variaram de 18 a 28 anos, apresentando uma média de 22,4 anos.

**Quadro 1: Caracterização dos entrevistados quanto ao tipo de agricultura, tamanho em hectares e local da propriedade.**

ENTREVISTADO	TIPO DE AGRICULTURA	TAMANHO	LOCAL
Jovem 1	Familiar	36 ha	Tangará da Serra
Jovem 2	Familiar	336 ha	Brasnorte
Jovem 3	Familiar	48 ha	Tangará da Serra
Jovem 4	Familiar	43,2 ha	Tangará da Serra
Jovem 5	Familiar	48 ha	Nova Olímpia
Jovem 6	Familiar	240 ha	Alto Paraguai
Jovem 7	Patronal	700 ha	Sapezal
Jovem 8	Familiar	33 ha	Cáceres
Jovem 9	Familiar	111 ha	Tangará da Serra
Jovem 10	Patronal	3000 ha	Diamantino
Jovem 11	Patronal	4000 ha	Diamantino
Jovem 12	Familiar	350 ha	Diamantino
Jovem 13	Familiar	39 ha	Tangará da Serra

Jovem 14	Familiar	65 ha	Barra do Bugres
Jovem 15	Familiar	43,5 ha	Arenópolis
Jovem 16	Patronal	25000 ha	Sapezal, Diamantino e Brasnorte
Jovem 17	Familiar	24 ha	Nova Marilândia
Jovem 18	Familiar	400 ha	Aripuanã
Jovem 19	Familiar	14 ha	Nova Olímpia
Jovem 20	Patronal	3000 ha	Campo Novo do Parecis
Jovem 21	Patronal	1300 ha	Tangará da Serra e Denise
Jovem 22	Familiar	304 ha	Castanheira
Jovem 23	Patronal	920 ha	Diamantino e Nova Marilândia
Jovem 24	Familiar	54 ha	Denise
Jovem 25	Familiar	31,2 ha	Tangará da Serra
Jovem 26	Patronal	9000 ha	Tangará da Serra
Jovem 27	Patronal	9000 ha	Tangará da Serra
Jovem 28	Familiar	58 ha	Santo Afonso
Jovem 29	Familiar	58 ha	Santo Afonso
Jovem 30	Patronal	2100 ha	Tangará da Serra
Jovem 31	Patronal	1000 ha	Diamantino
Jovem 32	Familiar	228 ha	Nova Marilândia
Jovem 33	Familiar	32 ha	Nortelândia
Jovem 34	Patronal	30000 ha	C. N. do Parecis, Sapezal, Brasnorte e S. J. do Xingu
Jovem 35	Familiar	120 ha	Tangará da Serra
Jovem 36	Familiar	15 ha	Tangará da Serra

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Os jovens foram organizados como filhos de agricultores familiares ou patronais, levando-se em conta a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que considera como agricultura familiar a atividade realizada em área que não ultrapasse quatro módulos fiscais, que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento e que o empreendimento seja dirigido pela própria família (BRASIL, 2006). Para os filhos de agricultores cujas características da propriedade não se enquadrassem nessas condições, a atividade foi classificada como agricultura do tipo patronal. A tabela 2 apresenta o módulo fiscal correspondente a cada município onde se localizam as propriedades dos

entrevistados, utilizado para cálculo e separação dos entrevistados como filhos de agricultores familiares ou patronais.

**Quadro 2: Número de hectares referentes ao módulo fiscal dos municípios em que se localizam propriedades dos entrevistados.**

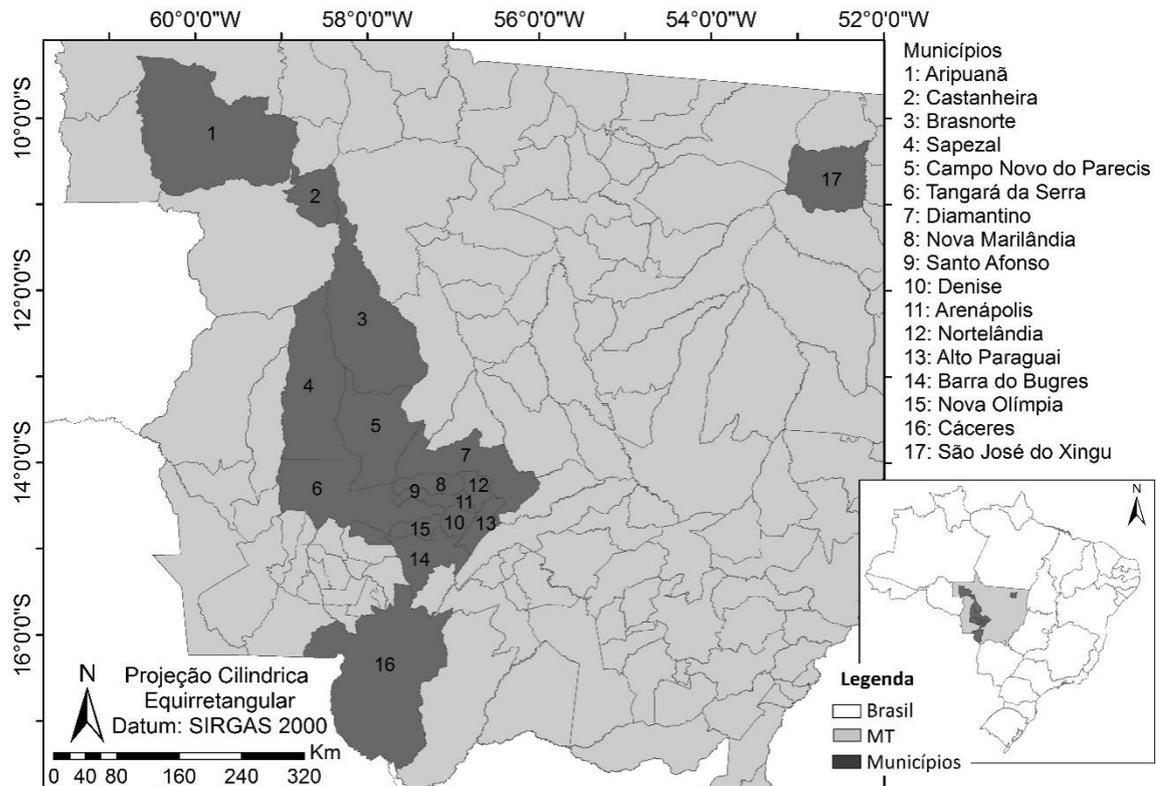
MUNICÍPIOS	MÓDULO FISCAL
Alto Paraguai	80 ha
Arenápolis	80 ha
Aripuanã	100 ha
Barra do Bugres	80 ha
Brasnorte	100 há
Cáceres	80 ha
Campo Novo do Parecis	100 ha
Castanheira	100 ha
Denise	80 ha
Diamantino	100 ha
Nortelândia	80 ha
Nova Marilândia	80 ha
Nova Olímpia	80 ha
Santo Afonso	80 ha
São Jose do Xingu	80 ha
Sapezal	100 ha
Tangará Da Serra	80 ha

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

### 3.2. Localização das unidades produtivas e local de residência

A figura 1 apresenta a localização dos municípios em que estão situadas as propriedades rurais dos entrevistados. Observa-se que a pesquisa envolveu jovens de 17 municípios diferentes do estado de Mato Grosso: Tangará da Serra, Brasnorte, Nova Olímpia, Alto Paraguai, Sapezal, Cáceres, Diamantino, Barra do Bugres, Arenápolis, Nova Marilândia, Aripuanã, Campo Novo do Parecis, Denise, Castanheira, Santo Afonso, Nortelândia e São José do Xingu, sendo que 33,33% dos entrevistados possuem propriedades em Tangará da Serra e 11,11% dos entrevistados relataram possuir propriedades rurais em mais de uma das cidades citadas.

**Figura 1: Mapa com os municípios em que se localizam as propriedades. Fonte: Dados da Pesquisa.**

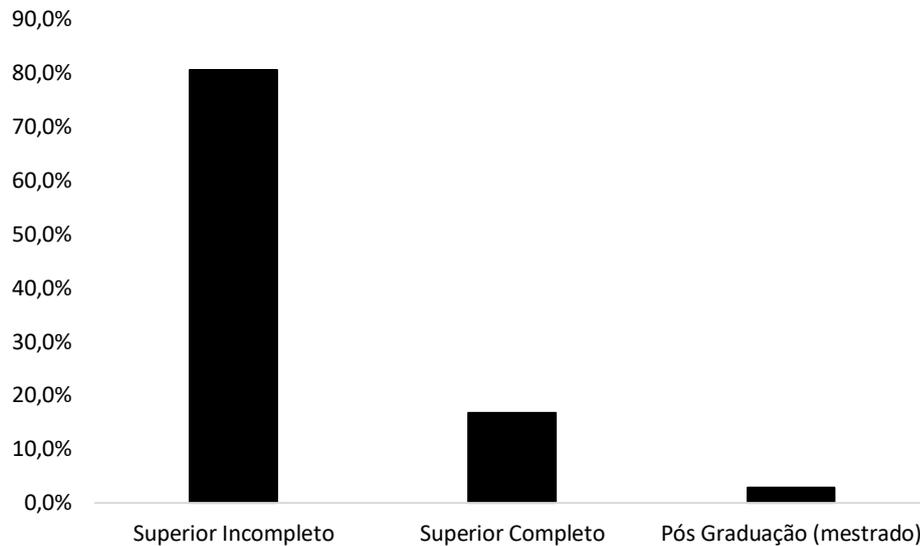


Quando ao local em que residem, 91,7% dos jovens responderam morar na cidade, apenas 8,3% dos entrevistados moram na propriedade rural, sendo estes, filhos de agricultores familiares. Todos os filhos de agricultores patronais responderam residir na cidade. Com relação ao tempo em que residem em cada local, considerando, primeiramente, os que responderam residir no sítio, para 33,3% o tempo de residência é de 0 – 5 anos, para 33,3% é de 6 – 10 anos e para os outros 33,3% é mais de 16 anos. Considerando aqueles que responderam morar na cidade, o tempo de residência para 27,3% é de 0 – 5 anos, para 12,1% é de 6 – 10 anos, para 9,1% é de 11 -15 anos e para 51,5% é de mais de 16 anos.

### **3.3. Acesso à educação e experiência com agricultura**

Com relação ao grau de escolaridade, 80,5% dos entrevistados possuíam ensino superior incompleto, 16,7% tinham ensino superior completo, e 2,8% pós-graduação, como demonstrado na figura 1:

**Figura 2: Grau de escolaridade dos entrevistados.**



**Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.**

Segundo Redin (2017), no meio rural, durante muito tempo, o acesso à educação era tratado como algo secundário para a realização das atividades agropecuárias, visto que, estas, demandavam prioritariamente, a força física e não intelectual, sendo assim, as condições do trabalho rural fizeram com que o jovem tivesse que escolher entre o trabalho na lavoura e a qualificação profissional. Esse quadro se inverteu à medida que houve o desenvolvimento e o avanço da tecnologia agrícola, acarretando mudanças em toda a estrutura dos sistemas produtivos, bem como nas relações sociais no espaço rural. O resultado desse processo é a relevância cada vez maior atribuída à formação de técnicos e demais agentes de desenvolvimento.

Os jovens foram questionados quanto a modalidade em que cursaram o ensino médio. Nesse caso, 83,3% dos entrevistados cursaram ensino médio regular, 11,1% tiveram ensino médio profissionalizante para Técnico em Agropecuária, 2,8% ensino médio profissionalizante para Técnico em Meio Ambiente e 2,8% Técnico em Informática concomitante com o ensino médio.

Os entrevistados também foram perguntados se haviam feito algum curso para se capacitar. Além da totalidade dos jovens terem respondido estar cursando ou ter concluído o nível superior, como comentado anteriormente, verificou-se também que 66,7% dos jovens fizeram cursos extracurriculares, como por exemplo: classificação de grãos, operador de máquinas agrícolas, interpretação e análise de

solo, piscicultura, manejo de pastagens, curso de transporte de produtos perigosos (MOPP), curso de língua inglesa, auxiliar administrativo, artesanato, entre outros. Nesse ponto, destaca-se a relevância dos cursos fornecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), citado por 19,4% dos jovens.

Além disso, 11,1% dos jovens relataram terem participado de cursos como “Jovem Gestor Rural”, “Academia de Líderes” ou “Futuros Produtores do Brasil”, que são programas voltados para os jovens, filhos de produtores rurais, com o intuito de apresentar as inúmeras oportunidades de carreira relacionadas ao setor, bem como fomentar a formação de lideranças jovens em seus negócios, trabalhando a temática da sucessão familiar rural.

Os jovens foram indagados se possuem/se consideram possuir experiência com agricultura ou pecuária, sendo que 86% responderam que sim e 14% relataram que não. Entre os 86% que responderam sim para a pergunta em questão, 25,8% relataram possuir de 0 a 5 anos de experiência, 22,6% tinham entre 6 e 10 anos de experiência, 35,5% tinham entre 11 e 15 anos de experiência, 9,7% possuíam 16 a 20 anos de experiência e 6,4% tinham mais que 21 anos de experiência.

O que chama atenção nesses números é que, dos 14% que relataram não possuir experiência, além de todos serem filhos de agricultores, requisito básico para a ocorrência da entrevista, 2 jovens (40%) são estudantes de Agronomia e 1 jovem (20%) é bacharel em Agronomia, o que traz à reflexão duas problemáticas: o quanto esses jovens estão saindo da graduação preparados para o mercado de trabalho, e, em que medida esses jovens são inseridos pelos pais no trabalho agrícola? Para Sili et al. (2017), existe uma relação importante entre os jovens realizarem estudos agropecuários e desenvolverem uma atividade agropecuária.

Os entrevistados foram questionados quanto a distância em que a propriedade rural está da instituição de ensino em que estudam/estudaram. Caso a família possuísse unidades produtivas em diferentes cidades, considerou-se aquela mais próxima à instituição de ensino. Para tanto, as respostas variaram entre 8 e 800 Km de distância. Considerando-se esses dados, 88,9% dos entrevistados afirmaram que têm que morar na cidade para estudar. Entre as justificativas, a distância foi o fator mais comentado, porém, houve casos em que mesmo a distância não sendo um impedimento, outros fatores como a falta de estrutura nas propriedades, a dificuldade de acesso aos recursos tecnológicos, o alto custo para locomoção e o desgaste físico para ir e voltar todos os dias também foram citados.

Os demais, 11,1% dos jovens, afirmaram que não há necessidade de morar na cidade para estudar, visto que a propriedade é perto. Nesses casos, a distância da unidade produtiva até a instituição de ensino variou entre 10 e 45 km.

### **3.4. Uso da tecnologia pela juventude rural**

Nesse aspecto, os jovens foram indagados sobre os recursos tecnológicos que eles têm acesso nas propriedades, entre eles: celular, *Wi-Fi*, Internet móvel, antena parabólica, TV por assinatura e telefone rural. A totalidade dos entrevistados respondeu ter acesso à pelo menos um dos recursos tecnológicos citados acima, sendo que, 52,8% dos jovens têm acesso a *Wi-Fi*, 75% tem acesso ao sinal da telefonia celular na propriedade, 44,4% à Internet móvel, 75% têm antena parabólica na propriedade, 36,1% têm TV por assinatura e 19,4% têm telefone rural.

Os achados dessa pesquisa corroboram com a afirmação de Panno e Machado (2016), de que a juventude rural atualmente tem acesso à tecnologia da informação, se integrando em um mundo globalizado que apresenta inúmeros atrativos e que ampliam as possibilidades de estudo, o que dá a muitos jovens a oportunidade de uma formação acadêmica, condição anteriormente muito distante da realidade. Porém, em muitos casos, essa modernização através da intensificação das tecnologias tem contribuído para a evasão dos jovens do meio rural, que almejam seu futuro com os benefícios e facilidades dos centros urbanos, o que rompe o desejo dos jovens em reproduzir as atividades dos pais na propriedade.

Para Coradini (2015), atualmente é difícil traçar o perfil do jovem agricultor, visto que, a acessibilidade aos meios de comunicação em massa, tão presentes no cotidiano das novas gerações, mudou totalmente a característica de um meio rural marcado pelo atraso e sem acesso às tecnologias. Nesse sentido, fala-se do jovem agricultor atualmente como alguém “conectado”, “integrado” ou “globalizado”, ou seja, um indivíduo que tem acesso a qualquer informação disponível, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Para Panno e Machado (2016), as mudanças no cotidiano do meio rural provenientes da globalização levaram a um redesenho do rural, fazendo com que os agricultores tomem suas decisões sobre o plantio, a aplicação de insumos, a colheita e a comercialização considerando uma série de influências, o que traz inúmeros benefícios ao agricultor, que antes não apresentava tais informações para um correto planejamento das atividades.

### **3.5. Experiência pregressa com sucessão familiar**

Os jovens foram questionados se a propriedade é proveniente de sucessão familiar, ou seja, se era do avô ou bisavô anteriormente, e, depois, foi passada para seus pais. 22,2% dos entrevistados responderam que a propriedade era do avô primeiramente. Duas irmãs (5,55% dos entrevistados) relataram que a propriedade era do bisavô, ou seja, está em sua terceira geração, e, quando ocorrer a sucessão familiar, será a quarta geração da família na gestão da propriedade. A grande maioria, 72,2% dos entrevistados, responderam que a propriedade não é proveniente de sucessão familiar, visto que, os pais foram os primeiros a adquirir.

De acordo com Sili et al. (2017), pertencer a uma família de produtores é o fator que explica em maior medida que o jovem desenvolva atividades agropecuárias e permaneça no meio rural. A construção de um ambiente familiar em que se prioriza a aprendizagem cotidiana, a participação ativa desde criança nas atividades agropecuárias é o fator mais importante na transmissão de conhecimentos, o que permite fortalecer uma identidade agropecuária, favorecendo a instalação e permanência do jovem meio rural.

### **3.6. Inclusão dos jovens no trabalho agropecuário e acesso a renda.**

No que diz respeito a inclusão dos jovens no trabalho agrícola, 75% dos entrevistados responderam ajudar nas atividades da propriedade, seja esse trabalho diário, semanal ou eventual (finais de semana, feriados ou férias). Os jovens filhos de pecuaristas, de uma forma geral, responderam ajudar em diversos processos referentes à atividade, como: vacinação, ordenha, cuidado com os bezerros, rotação de pasto, reforma de cercas, preparação da ração, ente outros afazeres. Os filhos de agricultores relataram ajudar em atividades como: amostragem de solo, plantio, colheita, aplicação de defensivos e demais tratamentos culturais. Além disso, 8,3% dos jovens, todos filhos de agricultores patronais, afirmaram ajudar semanalmente no escritório da fazenda localizado na cidade, o que consiste em uma alternativa para estar por dentro da gestão da propriedade, sem precisar se deslocar com tanta frequência, o que permite conciliar com os estudos na cidade.

Cabe ressaltar que, entre os jovens que relataram ajudar nas atividades da unidade produtiva, 74% afirmaram que esse auxílio ocorre eventualmente, ou seja, esses jovens costumam aproveitar períodos livres, como finais de semana, feriados ou a época de férias para se dedicarem aos trabalhos na propriedade dos pais. Os

demais jovens, 25% dos entrevistados que responderam não ajudar nas atividades da propriedade dos pais, apresentaram como justificativas: o fato da unidade produtiva ser muito longe da cidade, a faculdade que cursam ter aulas no período integral, a ida até a propriedade apenas nos finais de semana ser um período muito curto para auxiliar nas atividades ou o fato das atividades da propriedade serem responsabilidade dos homens (pai e irmãos).

Alcântara e Machado Filho (2014), estudando diferentes casos de sucessão familiar em empresas rurais, verificaram que os sucessores apresentam como características comuns a ligação com o negócio familiar desde a infância, caracterizando a ligação emocional como um forte fator para motivar a continuidade da atividade rural familiar. Isso geralmente se verifica em casos em que as crianças são responsáveis pela realização de algumas tarefas, o que dá início ao aprendizado desde a infância, garantindo o conhecimento necessário para que possam coordenar os trabalhos quando adultos (MENDONÇA et al, 2013). Para Alcântara e Machado Filho (2014), um dos principais desafios a serem enfrentados no processo de sucessão familiar é o despertar do interesse dos jovens pela atividade.

Os jovens foram também, questionados se participam das decisões sobre as atividades desenvolvidas na propriedade, ou seja, se os pais dão abertura para que ocorra a troca de ideias, para que os jovens expressem suas opiniões e troquem experiências. 55,6% dos entrevistados responderam sim para tal questionamento, relatando que os pais permitem que eles deem sugestões e que troquem informações, ou seja, dão total abertura para o filho opinar, porém, a decisão final sempre cabe aos pais. Como, por exemplo, a Jovem 34, filha de agricultor patronal, que relatou participar das decisões gerais, como demissão, contratação e compra de maquinários grandes, mas não nas decisões cotidianas no campo.

Os demais entrevistados, 44,4% responderam que não participam das decisões sobre as atividades da propriedade, relatando que só o pai é quem toma as decisões referentes à unidade de produção, e que, mesmo que deem opiniões, elas nunca são aceitas. Como, por exemplo, os jovens 1 e 35, que utilizaram a expressão “cabeça dura” para caracterizar os pais quanto a não abertura para a troca de informações. Vale ressaltar que, do total de jovens que responderam não ter abertura para opinar na propriedade dos pais, 56,25% são estudantes de Agronomia, e 12,5% já são bacharéis em Agronomia.

Os jovens entrevistados foram indagados sobre o recebimento de alguma forma de pagamento pelo trabalho que desenvolvem na propriedade dos pais. Para análise das respostas referentes a esse questionamento, desconsiderou-se os 25% de entrevistados que responderam não ajudar nas atividades da propriedade dos pais. Dessa forma, 88,9% dos jovens que afirmam ajudar na propriedade, relataram não receber nenhum tipo de renda direta como pagamento de seu trabalho. Porém, afirmam que esse “pagamento” vem indiretamente, à medida que os pais dão o suporte financeiro necessário para que os jovens mantenham seus estudos na cidade.

De acordo com Kummer e Colognese (2013), a falta de acesso a uma renda acaba desestimulando os jovens a continuarem na propriedade. Segundo Weisheimer (2009), o recebimento de uma renda além de apresentar caráter compensatório e incentivar a permanência desses jovens, também apresentaria função pedagógica ao preparar o filho para se tornar um agricultor independente.

Os demais jovens, 11,1%, relataram receber uma renda direta como pagamento pelas atividades que realizam, como por exemplo, o Jovem 10, que afirmou receber por diária ou contrato, como qualquer outro funcionário. Quando questionado se a renda era suficiente para ele se manter, ele afirmou que o que recebe é compatível com a realidade, e que, não é porque é filho do dono que receberia mais que os outros. Outro exemplo é o da Jovem 20, que relatou que no escritório recebe por hora, e na fazenda, quando ajuda na colheita, é por diária, mas que, em ambos os casos, o que recebe é compatível com o mercado. Em contrapartida, o Jovem 31 relatou que o que recebe não é suficiente, tampouco compatível com o mercado, mas continua trabalhando na propriedade por ser um negócio da família. Cabe ressaltar que, todos os jovens que afirmaram receber uma renda direta como pagamento pelo seu trabalho eram filhos de agricultores patronais.

Ainda no que diz respeito a renda, 63,9% dos entrevistados afirmaram não possuir nenhum tipo de renda fora da propriedade. Apenas 36,1% dos entrevistados relataram o recebimento, sendo que 30,8% destes são graduados e trabalham em sua área de formação, 23% fazem diárias como garçom no período noturno, 15,4% têm bolsas de extensão da UNEMAT, 15,4% trabalham em outros negócios da família, como o comércio, 7,7% trabalha na biblioteca da faculdade em que estuda e 7,7% trabalha na Associação Olímpica do município. Vale ressaltar que, 84,6% dos

jovens que tem uma fonte de renda fora da propriedade, são filhos de agricultores familiares. Apenas 15,4% dos jovens que confirmaram renda fora da propriedade são filhos de agricultores patronais, o que se configura como um caso específico de duas irmãs, em que os pais não investem apenas no agronegócio, e as filhas optaram por trabalhar no comércio, uma rede de lojas, que é outra fonte de investimento da família.

Verificou-se que 97,2% dos jovens responderam ter mais irmãos, sendo que 44,4% têm um, 33,3% têm dois, 16,7% têm três e 2,8% tem quatro irmãos. Os jovens foram então questionados se acreditam que a terra seria suficiente para gerar renda, caso todos os irmãos resolvessem viver dela. Para tal questionamento, 69,5% dos entrevistados responderam sim, que não haveria nenhum problema caso todos os irmãos resolvessem viver da renda da propriedade, pois seria suficiente para todos. 8,3% dos jovens responderam que não seria suficiente, tanto pelo tamanho da propriedade, quanto pela renda gerada pela atividade. Cabe ressaltar que 66,7% dos jovens que responderam não, têm três irmãos e são filhos de agricultores familiares. Os demais 22,2% dos jovens responderam que a área da propriedade é suficiente, porém a atual renda gerada pelas atividades não. Estes comentaram que se diversificassem a produção e se tivessem mais dinheiro para investir seria suficiente, visto que as unidades produtivas em questão têm potencial para isso.

Os jovens foram questionados sobre o desejo de adquirir sua própria propriedade. Para tal questionamento, 22,2% dos entrevistados afirmaram que não têm essa intenção, apenas desejam dar continuidade à dos pais, 5,6% afirmaram que desejam anexar novas terras à área dos pais, e 2,8% já tem a própria propriedade, visto que, o pai adquiriu para a filha um sítio ao lado do dele. Porém, a grande maioria, 69,4%, relatou o desejo de adquirir sua própria propriedade, assim que conseguissem dinheiro suficiente para realizar a compra. Apenas um jovem relatou o interesse de participar de um programa de reforma agrária para conseguir uma área própria, caso não conseguisse o dinheiro necessário para comprar. Quanto aos demais, observou-se que a reforma agrária, em certa medida, é enxergada como uma política pública desacreditada.

### **3.7. Integração e socialização dos jovens rurais**

No que diz respeito à socialização dos jovens, 97,2% dos entrevistados responderam se relacionar com outros jovens do meio rural, afirmando terem amigos, vizinhos e, principalmente, colegas da faculdade ou de profissão, que também são filhos de produtores rurais. Como, por exemplo, o caso das jovens 26 e 27, irmãs, que afirmaram que todos os amigos (homens) são filhos de produtores rurais, assim como os amigos de seus pais que também são deste meio, e que, portanto, há muita troca de experiência, pois sempre que se reúnem falam muito sobre o assunto. Atrelado a isso, 8,3% dos entrevistados relataram a importância de cursos para prováveis sucessores na agricultura, promovidos por multinacionais, ou pela própria Universidade, que acabam atuando como um ambiente muito propício para a interação e troca de experiências entre os jovens.

Com relação às atividades que costumam fazer durante o tempo livre, as respostas mais citadas foram: estudar, assistir seriados, sair com os amigos, frequentar a Igreja, ir para a academia, ler livros e assistir televisão. Além disso, 44,4% dos entrevistados relataram que costumam ir para as propriedades nos finais de semana e feriados auxiliar nas diversas atividades, assim como, alguns casos de filhos de agricultores patronais, que afirmaram ajudar no escritório da fazenda localizado na cidade, em seu tempo livre durante a semana.

### **3.8. Perspectivas para o futuro e o desejo de viver no meio rural**

Os jovens foram perguntados se gostam de viver no meio rural. Para tal questionamento, 19,4% dos entrevistados responderam que não, pois preferem viver na cidade. Estes apresentaram como motivos a falta de estrutura, a falta de conforto, o fato de estar longe de tudo, não ter opções de lazer ou não ter acesso à Internet. Em contrapartida, a grande maioria, 80,6% dos entrevistados responderam gostar de viver no meio rural. Entre as justificativas estão a tranquilidade da vida fora da cidade, o fato de ser um lugar silencioso, a maior segurança que o meio rural proporciona, o custo de vida mais barato, o fato da propriedade ser perto da cidade, o sentimento de liberdade da vida no campo, o bem-estar e a qualidade de vida. Outro motivo, citado por 27,8% dos entrevistados, foi o fato de terem contato com o meio rural desde crianças, ou seja, estão envolvidos com as atividades da unidade produtiva desde à infância, e, portanto, afirmam que se acostumaram com essa vida.

De acordo com Souza et al. (2016), em uma pesquisa realizada na Zona da Mata Mineira, os jovens que respondem ter como objetivo de vida permanecer no meio rural valorizam fatores como a tranquilidade, o contato com a natureza, a segurança, a qualidade de vida, a liberdade quanto ao horário de trabalho, o custo de vida mais baixo e a possibilidade de ser dono do próprio negócio. Em contrapartida, os jovens que optam por viver nas cidades relatam o interesse em buscar um emprego cuja remuneração seja maior, ter acesso a novas tecnologias e melhores condições de estudo.

Os jovens também foram questionados sobre o desejo de morar e trabalhar na propriedade rural. Para tal questionamento, 72,2% dos entrevistados responderam que sim, que estão estudando para isso, para tocar o próprio negócio. 11,1% dos entrevistados afirmaram que não têm a intenção de morar e trabalhar na propriedade, apenas visitar durante os finais de semana, ou trabalhar nela somente se não tiver alguém para assumir as atividades. 11,1% afirmaram que têm intenção de trabalhar na propriedade, mas não morar. Estes morariam na cidade, e se deslocariam até a propriedade rural todos os dias. 2,8% relatou o desejo de morar na propriedade, mas trabalhar fora dela e 2,8% afirmou ter vontade de morar e trabalhar no meio rural, mas não na propriedade dos pais.

Com relação as expectativas, objetivos ou planos para o futuro, 19,5% dos jovens expressaram o desejo de morar e trabalhar na propriedade dos pais, 2,8% responderam ter intenção de morar na propriedade, porém trabalhar fora em outra atividade agrícola, 2,8% querem morar na propriedade e trabalhar fora em uma atividade não agrícola, 8,3% desejam deixar a propriedade do pai e morar e trabalhar em outra, 22,2% relataram o desejo de morar na cidade e trabalhar na propriedade do pai, 11,1% querem morar na cidade e trabalhar em uma atividade não agrícola, 8,3% desejam morar na cidade e trabalhar em empresas do ramo agrícola, 5,5% querem morar na cidade e trabalhar no campo, mas não na propriedade dos pais e 8,3% dos jovens responderam que inicialmente desejam trabalhar para terceiros para adquirir experiência, conseguir dinheiro para investir na propriedade, e então, morar e trabalhar nela. Os demais entrevistados, o que corresponde a 11,1% dos jovens, responderam considerar mais de uma das opções citadas anteriormente.

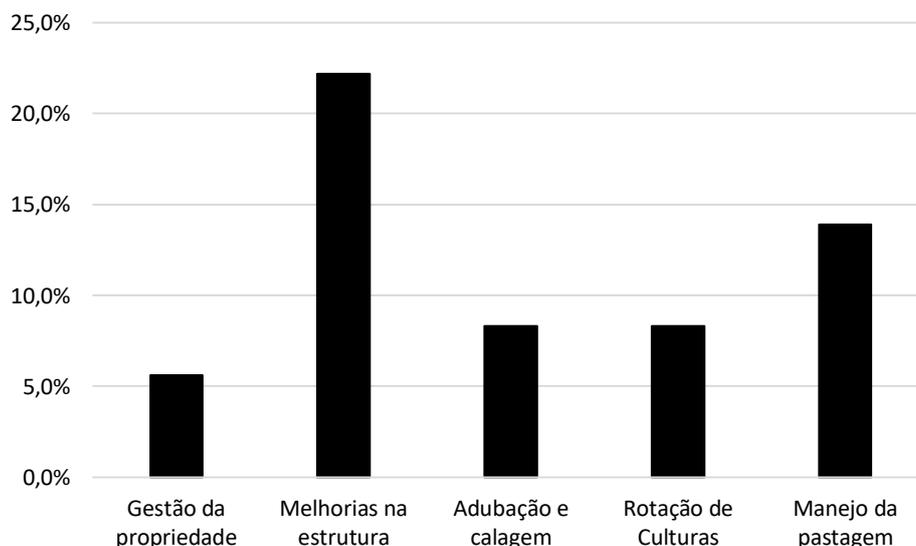
Casagrande et al. (2012), avaliando os projetos profissionais de jovens universitários que residem no meio rural no município de Meleiro em Santa Catarina,

constatarem que, com relação ao futuro profissional, apenas 14% dos jovens responderam que pretendem se estabelecer profissionalmente como agricultores, outros 14% disseram ter interesse em permanecer morando no meio rural, porém trabalhando em sua área de formação universitária, e a grande maioria dos jovens universitários, 72%, pretendem trabalhar na área de formação e morar no meio urbano.

### 3.9. Modernização das propriedades: jovens rurais como agentes de mudança

Perguntou-se aos jovens, caso a sucessão familiar já estivesse sido realizada e estes fossem os atuais donos das propriedades rurais, quais seriam suas atitudes em relação a elas. Para tal questionamento, 5,6% relataram o desejo de vender a unidade produtiva, 2,8% responderam que arrendariam, visto que não têm o conhecimento necessário para desenvolver atividades agropecuárias e 11,1% disseram que manteriam da forma que o pai desenvolve hoje, ou seja, não mudariam nada. Porém, a grande maioria, o que corresponde a 80,6% dos entrevistados, relataram, de diversas formas, o desejo de investir na unidade produtiva. A figura 3 representa algumas mudanças e/ou investimentos elencados pelos entrevistados e sua porcentagem, referente ao número de vezes que foi citado.

**Figura 3: Mudanças e melhorias a serem realizadas nas unidades produtivas. Fonte: Dados da pesquisa.**



Observa-se que 22,2% dos jovens responderam que melhorariam a estrutura da propriedade, investindo por exemplo, na reforma da casa, na construção de um barracão ou construção de um escritório. Como exemplo, destacam-se os jovens 26 e 27, que relataram que no que diz respeito à questão operacional, já está sendo feito um trabalho bem moderno, visto que o pai é aberto às novidades. Além disso, recentemente a fazenda, através do serviço de recursos humanos (RH), regularizou a questão trabalhista, portanto, os investimentos que fariam seriam na estrutura. Afirmam que a fazenda já tem 50 anos, então muita coisa foi construída na época em que o bisavô adquiriu as terras. Dessa forma, a fazenda não tem escritório, o barracão da oficina está depreciado, e toda a estrutura é muito antiga. Além disso, relatam o desejo construir uma casa na fazenda, depois de realizadas as demais melhorias.

Outros 13,9% dos jovens, filhos de pecuaristas, afirmaram que investiriam no manejo da pastagem, o que, nesse caso, envolve a reforma do pasto ou utilização da rotação de piquetes; 8,3% afirmaram que investiriam na rotação de culturas com o intuito de controlar pragas, doenças ou nematoides; 8,3% relataram que o investimento inicial seria para realizar adubação e calagem corretamente, visando o aumento da produtividade e maior retorno econômico e 5,6% afirmaram que a maior necessidade da propriedade diz respeito à gestão, o que se divide em dois pontos principais: a capacidade de enxergar a unidade produtiva como uma empresa e, dessa forma, investir em pessoas através de treinamentos e capacitação da equipe; e a organização no que se refere à comercialização, conhecendo o momento certo de venda da produção e compra de insumos.

Além disso, outras mudanças citadas individualmente por alguns jovens caso fossem donos da unidade produtiva foram: preservação da nascente, investimento no plantio de açaí, investimentos na construção de uma estufa ou técnica do *mulching*, melhoria no controle de custos da propriedade, implantação de projetos de pesquisa na unidade produtiva e investimento em gado leiteiro ou de corte.

Questionou-se ainda se os jovens já conversaram com seus pais sobre as mudanças que desejam realizar nas propriedades. 86,1% dos entrevistados afirmaram sim, pois os pais dão abertura para a troca de ideias, mesmo que alguns ainda sejam mais resistentes para aceitar as propostas dos filhos. Essa relutância por parte dos pais foi verificada na pesquisa, visto que, apenas 16,1% dos entrevistados que responderam conversar com os pais relataram que estes

aceitaram suas ideias e implantaram suas propostas. Os demais jovens, o que corresponde a 13,9% dos entrevistados, responderam que nunca conversaram com os pais sobre seus planos para a unidade produtiva, pois não têm abertura para tal, ou por não ter interesse em ser sucessor da atividade.

De acordo com Arowolo et al. (2017), os produtores rurais sem sucessores tendem a ser relutantes no que diz respeito à investimentos de longo prazo e, atrelado a isso, costumam reduzir a intensidade da produção. Em contrapartida, na presença de um sucessor, esses produtores aumentam os investimentos para garantir a viabilidade a longo prazo da unidade produtiva.

Os jovens foram questionados se a família exerce outra atividade, que não seja o agronegócio, em que eles teriam maior interesse em serem sucessores. Entre os entrevistados, 25% responderam que a família possui outra atividade como complemento de renda, como, por exemplo, comércio, imobiliária, empresa de consultoria e academias. Porém, apenas 2 desses jovens (5,56%) afirmaram que o maior interesse é a sucessão na área comercial, uma rede de lojas de sapatos. Além disso, um jovem (2,8%) afirmou que deseja conciliar a direção da unidade produtiva com a empresa de consultoria.

### ***3.10. Percepção dos jovens em relação aos seus pais sobre a questão ambiental.***

Nos últimos anos a questão ambiental tem ganhado cada vez mais destaque e relevância devido a sua importância, bem como a gravidade dos impactos, quando estes ocorrem. Sendo assim, estudos que abordem a temática são essenciais e devem se pautar em diversas áreas do conhecimento, através de pesquisas interdisciplinares que busquem soluções efetivas para a problemática.

Nesse aspecto objetivou-se compreender como os jovens analisam a questão ambiental atualmente e, em que medida, essas percepções diferem-se ou assemelham-se às de seus pais ou avós. Devido a riqueza de informações presentes nas respostas e, procurando atender aos preceitos da pesquisa qualitativa que visa o estudo das particularidades e experiências individuais, de modo a se fortalecer em qualidade, não seria adequado, dada a subjetividade das respostas, sistematizar esses dados quantitativamente, buscando, através de porcentagens, reunir opiniões iguais. Deste modo, elencou-se as informações mais relevantes de alguns entrevistados, apresentadas a seguir:

Meu pai não vê a parte ecológica, não concilia a atividade pecuária com o meio ambiente. Eu vejo a possibilidade de trabalhar com os dois sem prejudicar nenhum lado, conciliar a preservação do meio ambiente com a atividade rentável sem nenhum problema (Jovem 2).

Acredito que deve ser preservado. Antigamente não tinham consciência da importância de preservar, hoje vejo que já melhorou muito, não desmatam como antes. Atualmente as leis são mais severas sobre a preservação. Meu pai pensa da mesma forma (Jovem 8).

Meu pai e meu avô acham que podem passar veneno sem controle. Depois que iniciei a faculdade e tenho informações sobre o assunto, sei que não é assim. Considero importante preservar e seguir as leis (Jovem 15).

Acredito que a questão ambiental será ainda mais importante com o passar do tempo, acho fundamental preservar, ter reserva legal. Meu pai não pensa da mesma forma, desmatou a área e se pudesse tiraria mais (Jovem 24).

Nosso pai está bem por dentro das questões ambientais. Preserva o que é necessário, mas não desembolsará dinheiro para fazer além do que está na lei. Nós faríamos além do que é obrigatório (Jovens 26 e 27).

Nosso pai está começando agora a entender que tem que preservar. Antes achava que a vaca que ia até o rio para beber água, não a água que tinha que ir até a vaca. Agora que nós e nossos irmãos estudamos, sabemos a importância de se preservar a beira do rio (Jovens 28 e 29).

Através das respostas apresentadas, pode-se observar a importância da atuação dos jovens como formadores de opinião, sendo capazes de influenciar positivamente o ponto de vista dos pais, principalmente aqueles cujos filhos já ingressaram no ensino superior, culminando com a mudança de mentalidade no que se refere ao conhecimento sobre a importância da preservação dos recursos naturais.

### **3.11. O cenário agrícola na percepção dos jovens rurais.**

Nesse tópico objetivou-se compreender como os jovens analisam o cenário agrícola, deixando-os livres para escolher entre abordar a temática de uma forma geral, dividido por segmentos (produção familiar ou patronal, pecuária ou agricultura), ou a partir de uma análise da safra em questão. Desse modo, a seguir estão listadas as respostas mais expressivas de alguns jovens:

Acredito ser um dos setores mais importantes no estado, fundamental para a economia, por empregar várias pessoas (Jovem 9).

O cenário atual é promissor, principalmente nessa safra, com chuvas bem distribuídas, plantio dentro da janela, preços estão razoáveis, porém o custo está alto (Jovem 10).

É um cenário desafiador, trabalhamos com uma das atividades de maior risco, pois não conseguimos controlar fatores como o tempo. Além disso,

estamos trabalhando com um custo de produção cada vez mais alto (Jovem 12).

Vejo que é um setor muito cruel, pois o trabalho é pesado e a margem de lucro é pequena. Enquanto os atravessadores, que não fazem praticamente nada, acabam lucrando mais (Jovem 18).

Considero como péssimo. É muito investimento e o preço para venda é baixo, muito custo para pouco lucro. Se cai um raio e mata boi, é prejuízo. Mas tem anos bons e anos ruins (Jovem 21).

Acredito que a agricultura familiar é a mais prejudicada, pois o auxílio pela EMPAER ainda é muito precário. Para quem produz em larga escala é mais fácil. Também deve-se melhorar a questão ambiental (Jovem 24).

O Brasil é mais atrasado que outros países, devido à falta de incentivo do governo e impostos altos. Nós temos a matéria prima para fazer defensivos, mas exportamos para que outros países façam. É grande em extensão, temos muitas áreas, mas somos atrasados (Jovem 30).

É um cenário precário. O custo é muito alto e o retorno é muito baixo. O frete é caro, financiamentos são escassos e a mão de obra é cara (Jovem 31).

É um cenário muito promissor, está cada vez abrindo mais espaço para produtores maiores, os menores vão perdendo espaço e vendem suas terras. É um setor muito volátil, por depender do clima, de valores de mercado, mas é um ramo bom para crescer. O risco é altíssimo, mas tem formas de se proteger, como a comercialização na bolsa de valores (Jovem 34).

O cenário é o carro chefe da economia do Brasil. A agricultura familiar está crescendo e a renda pode ser muito boa devido a capacidade de diversificar a produção. Tem também a capacidade de modernizar, o que só tende a crescer (Jovem 35).

Para grandes culturas o cenário é promissor, para agricultura familiar o que se vê é muita dificuldade, pois não tem assistência (Jovem 36).

Pode-se observar, através das respostas apresentadas, que os jovens possuem diferentes pontos de vista sobre a mesma temática: uns consideram o cenário agrícola como promissor e responsável por alavancar a economia do país, enquanto outros o enxergam como precário e cruel; alguns acreditam que o espaço cada vez mais é ocupado pela agricultura patronal, ou seja, a produção em larga escala, enquanto outros enxergam a capacidade de desenvolvimento da agricultura familiar através da modernização e capacidade de diversificação das culturas. Porém, o que não divergiu entre os jovens foi o fato de ser um setor altamente suscetível ao risco, por depender de fatores climáticos, portanto, incontrolláveis, assim como o custo de produção ser cada vez mais alto.

#### 4. CONCLUSÃO

Conclui-se que apenas 27,8% das propriedades rurais são provenientes de sucessão familiar. As demais, encontram-se dirigidas pela primeira geração da família, ou seja, os pais foram os primeiros a adquirir e ainda não ocorreu a transferência do patrimônio para os filhos. Observa-se que 91,7% dos jovens residem na cidade atualmente, sendo que 41,7% dos entrevistados nunca moraram no meio rural, o que pode influenciar o não desenvolvimento de uma identidade agropecuária para os jovens, desfavorecendo a permanência destes no meio rural. Apesar disso, 80,6% dos jovens responderam gostar de viver no meio rural.

Verifica-se que 75% dos jovens ajudam nas atividades desenvolvidas na propriedade, porém, apenas 11,1% destes recebem uma renda como pagamento direto pelo trabalho que executam, o que consiste em um grande entrave para a ocorrência da sucessão familiar. Observa-se que, apesar da maioria dos jovens morarem no meio urbano, 97,2% deles se relacionam com jovens do meio rural, ou seja, a socialização entre jovens rurais está ocorrendo, o que é fundamental para que ocorra troca de experiências, compartilhamento de informações e que essa conexão estimule os jovens a continuarem a atividade dos pais.

Os resultados apresentados na pesquisa mostram que 41,7% dos jovens entrevistados desejam trabalhar na propriedade dos pais, ou seja, estes pretendem realizar a sucessão familiar e dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos pais nas unidades de produção, sendo que 19,4% destes também desejam residir na propriedade. Além disso, 80,6% dos jovens relataram o desejo de investir na unidade produtiva da família, promovendo melhorias diversas no sistema de produção.

Observa-se que os jovens têm um papel fundamental como formadores de opinião, sendo muitas vezes, responsáveis por influenciar positivamente a opinião dos pais sobre as questões ambientais, principalmente nos casos em que os jovens já concluíram o ensino superior, e passam a ter mais credibilidade perante os pais para trocar conhecimentos. Com relação ao cenário agrícola, apesar das diversas percepções apresentadas, o que não divergiu entre os jovens foi o fato de o considerarem como um setor altamente suscetível ao risco por depender de fatores climáticos.

Esse estudo não teve como pretensão esgotar as discussões sobre a temática, mas sim, atuar como um ponto de partida para outras pesquisas relevantes sobre o assunto.

## 5. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem respondent-driven sampling na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. 2009.99 p. Dissertação (Mestrado em Ciência na área de Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.

ALCÂNTARA, N. B.; MACHADO FILHO, C. A. P. O processo de sucessão no controle de empresas rurais brasileiras: um estudo multicascos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 1, 2014.

AROWOLO, O. O. et al. Perception of farm succession planning by poultry farmers in southwest, Nigeria. **Journal of Agricultural Extension**, v, 21, n. 1, 2017.

BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações**, v. 17, n. 3, p. 370-383, 2016.

BRASIL. 2006. Lei nº 11.326. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Presidência da República, Casa Civil, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 24 julho 2018.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/arquivos/guiajuventude.pdf/view>>. Acesso em: 24 julho 2018.

CARMO, H.; FERREIRA, M. **Metodologia da investigação–Guia para Autoaprendizagem**. 2 ed. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

CASAGRANDE, D. P. et al. Projetos profissionais de jovens universitários/as que residem no meio rural: estudo de caso dos/as jovens do município de Meleiro, SC. **Interações**, v. 13, n. 2, 2012.

CASTRO, E. G.; MARTINS, M; ALMEIDA, S. L. F.; RODRIGUES, M. E. B.; CARVALHO, J. G. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção do ator político**. Rio de Janeiro: Editora EDUR, 2009.

CORADINI, L. Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de Faxinal do Soturno – Brasil. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 33, 2015.

- ESTOL, K. M. F.; FERREIRA, M. C. O processo sucessório e a cultura organizacional em uma empresa familiar brasileira. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 4, 2006.
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.
- GAZOLLA, M. SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, n. 1, 2007.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.
- LOBLEY, M. et al. Farm succession and retirement: Some international comparisons. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, v. 1, n. 1, 2010.
- MALAGODI, E.; MARQUES, R. Para além de ficar e sair: as estratégias de reprodução social de jovens em assentamentos rurais. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MENDONÇA, K. F. C. et al. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 2, 2013.
- PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. A sucessão em propriedades rurais familiares de Frederico Westphalen/RS: Influências e direcionamentos decisórios dos atores. **Redes**, v. 21, n. 3, 2016.
- REDIN, E. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. **Educar em Revista**, n. 63, p. 237-252, 2017.
- SILI, M., FACHELLI, S., MEILLER, A. Juventud Rural: factores que influyen en el desarrollo de la actividad agropecuária. Reflexiones sobre el caso argentino. **Revista de Economía e Sociología Rural**, v. 54, n. 4, p. 635-652, 2017.
- SOUZA, S. B.; DOULA, S. M.; CARMO, P. M. Jovens rurais da Zona da Mata Mineira e projetos de vida profissional. **Redes**, v. 21, n. 1, p. 233 - 249, 2016.
- SPANEVERELLO, R. M. et al. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, 2011.

SPANEVERELLO, R. M.; LAGO, A. A transmissão do patrimônio na agricultura familiar: uma análise a partir da compensação das filhas. **Revista Interdisciplinar Internacional INTERthesis**, v. 7, n.1, 2010.

TRASEL, S. S. et al. Sucessão familiar nas propriedades rurais dos agricultores associados à uma cooperativa mista de produção. **Revista Conexão**, n. 2, 2014.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, 2014.

VOGEL, S. **Farm succession planning in Austria**, East European Countryside, 4, p. 68-78, 2006.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WEISHEMER, N. **Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2005.

WHITE, B. Agriculture and the Generation Problem: Rural Youth, Employment and the Future of Farming. **IDS Bulletin**, v. 43, n. 6, p. 9-21, 2012.

## CONHECIMENTO E ACESSO DOS JOVENS RURAIS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL.

[Revista de Políticas Públicas (RPP)]

### RESUMO

Há uma expectativa nas políticas públicas, em fortalecer a agricultura, principalmente do tipo familiar, como uma forma de expressão social, econômica e ambiental, visando debater o atual padrão de desenvolvimento rural. A participação da juventude rural é essencial para a formulação das políticas públicas, considerando e fortalecendo essa parcela da população como sujeitos de direitos. A pesquisa teve como objetivo averiguar o conhecimento e/ou acesso dos jovens a políticas públicas ou programas voltados para a juventude rural, e se estes têm auxiliado sua permanência no campo, entre eles: Pronaf Jovem, ProJovem Campo - Saberes da Terra, Programa Nossa Primeira Terra, Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR), Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, Programa Universidade Para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A pesquisa foi classificada como qualitativa, com técnicas quantitativas. Para sua realização foi elaborado um formulário com perguntas abertas e fechadas. O método utilizado para se determinar os sujeitos pesquisados foi o método de amostragem Snowball (bola de neve), e, através dele, foram entrevistados 36 jovens, considerados os prováveis sucessores de estabelecimentos agropecuários localizados em 17 diferentes municípios de Mato Grosso. As idades dos entrevistados variaram de 18 a 28 anos, apresentando uma média de 22,4 anos. Os jovens foram avaliados quanto ao seu conhecimento sobre as políticas públicas, bem como quais eles conhecem ou tiveram acesso. Solicitou-se ainda que estes atribuíssem um grau de importância para cada uma delas. Concluiu-se que os entrevistados apresentam um baixo nível de conhecimento no que se refere a políticas públicas ou programas voltados para a juventude rural e que os jovens apenas tiveram acesso as políticas estudantis como ProUni e Fies.

**Palavras-chave:** Juventude Rural; Permanência no Campo; Desenvolvimento Rural.

## KNOWLEDGE AND ACCESS OF RURAL YOUNG PEOPLE TO PUBLIC POLICIES IN THE STATE OF MATO GROSSO - BRAZIL.

### ABSTRACT

There is an expectation in public policies to strengthen agriculture, especially the family type, as a form of social, economic and environmental expression, aiming to discuss the current pattern of rural development. The participation of rural youth is essential for the formulation of public policies, considering and strengthening this part of the population as subjects of rights. The research aimed to ascertain the knowledge and/or access of young people to public policies or programs aimed at rural youth, and whether these have helped their stay in the field, among them: Pronaf Jovem, ProJovem Campo - Saberes da Terra, Programa Nossa Primeira Terra, Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR), Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, Programa Universidade Para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). The research was classified as qualitative, with quantitative techniques. For its accomplishment a form with open and closed questions was elaborated. The method used to determine the subjects surveyed was the Snowball sampling method, and through it, 36 young people were interviewed, considered the probable successors of agricultural establishments located in 17 different municipalities of Mato Grosso. The ages of the interviewees ranged from 18 to 28 years, presenting an average of 22.4 years. Young people were assessed for their knowledge of public policies, as well as which they know or had access to. They were also asked to attach a degree of importance to each of them. It was concluded that the interviewees present a low level of knowledge regarding public policies or programs aimed at rural youth and that young people only had access to student policies like ProUni and Fies.

**Keywords:** Rural Youth; Permanence in rural areas; Rural Development.

## 1. INTRODUÇÃO

O papel da agricultura é discutido em função da geração de renda no meio rural, sua responsabilidade frente à produção de alimentos de qualidade, aspectos relacionados a utilização dos recursos naturais e interferência na biodiversidade no campo. Nesse contexto, há uma expectativa nas políticas públicas, em fortalecer a agricultura, principalmente do tipo familiar, como uma forma de expressão social, econômica e ambiental, de forma a debater o atual padrão de desenvolvimento rural (MIRANDA; GOMES, 2016).

Segundo Delfini e Oliveira (2009), somente nas últimas décadas que a agricultura familiar passou a ser objetivo de políticas públicas voltadas para o seu fortalecimento, visto que o próprio sistema educacional historicamente não prepara os jovens para a realidade rural, munindo-os de conhecimentos necessários para assumir a propriedade familiar de modo a agregar valor aos seus produtos e garantir melhor qualidade de vida ao grupo.

De acordo com Barcellos (2017), a participação da juventude rural é essencial para a formulação das políticas públicas, considerando e fortalecendo essa parcela da população como sujeitos de direitos. Recentemente, a introdução da juventude rural na discussão política do Estado teve como reflexo a formulação de ações no que diz respeito a inclusão no trabalho agrícola e geração de renda.

Para Weisheimer (2005), a juventude rural é entendida como uma parcela altamente fragilizada da sociedade, à medida que permanecem invisíveis tanto para meio acadêmico quanto para o sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos. De acordo com o autor, diante da falta de novas oportunidades de trabalho e renda, os jovens rurais migram para as cidades levando a consequências como quebra da estrutura de hereditariedade e concentração da terra.

O trabalho teve como objetivo averiguar o conhecimento e/ou acesso dos jovens, filhos de agricultores familiares e patronais, às políticas públicas ou programas voltados para a juventude rural, e se estes têm auxiliado sua permanência no campo, entre eles: Pronaf Jovem, ProJovem Campo - Saberes da Terra, Programa Nossa Primeira Terra, Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR), Programa Nacional

de Juventude e Meio Ambiente, Programa Universidade Para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

## **2. Políticas Públicas e programas para juventude rural**

### **2.1. Pronaf Jovem**

O Pronaf Jovem é uma das linhas de crédito inseridas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essa linha foi criada no ano de 2003 para disponibilizar financiamento para jovens em idade de 16 a 25 anos de modo que estes invistam na implantação, ampliação ou modernização dos sistemas de produção nas propriedades rurais com o intuito de estimular a permanência e a autonomia do jovem no campo (BARCELLOS, 2017).

Quando o jovem tem acesso a essa política, este recebe um limite de crédito de R\$ 16.500 reais, com uma taxa de juros de 2,5% ao ano. Para isso, é preciso que o interessado se encaixe em pelo menos um dos requisitos exigidos: ter a idade recomendada pelo programa, estar cursando ou ter concluído seus estudos em centros familiares rurais de formação ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio; ter participado de curso ou estágio de formação profissional; ter recebido orientação de uma instituição prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural reconhecida pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) ou ter participado no Pronatec ou Pronacampo (BIANCHINI, 2015; GOUVEIA, 2010).

Além disso, para ter acesso a esse programa, o beneficiado deve ter também uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), proveniente da DAP da família, ou seja, o jovem precisa ser membro de uma família de agricultores familiares que tenha uma DAP principal. Com a DAP em mãos, preenchendo ao menos um dos requisitos citados e tendo a idade adequada, o jovem pode submeter um projeto de crédito ao banco e ter acesso livre à linha de crédito (GOUVEIA, 2010).

O crédito disponibilizado costuma ser utilizado de duas maneiras diferentes: a primeira delas com o intuito de fortalecer a unidade produtiva da família, nos casos em que o jovem se prepara para ser o sucessor da propriedade, ocupando o lugar dos pais e, em outros casos, é utilizado como um projeto independente, em que o jovem é preparado para desenvolver uma nova unidade de produção, ou seja, a sucessão ocorre em área independente da unidade de produção familiar. Essa última forma de utilização do crédito tem sido a mais escolhida pelos jovens rurais,

que optam por emitir uma Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) separadamente da unidade de produção familiar (BIANCHINI, 2015).

A intenção do programa é fomentar a agricultura familiar, expandindo-a através da qualificação dos jovens que pretendem desenvolver seu empreendimento familiar rural e que visualizam uma oportunidade de crescimento nesse setor, promovendo a geração de emprego e renda no meio rural (BRASIL, 2006).

## **2.2. Projovem Campo Saberes da Terra**

O Programa em questão surgiu em 2005, a partir da união da ação intitulada “Saberes da Terra” ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos (Projovem), sendo posteriormente denominado Projovem Campo-Saberes da Terra. Esse programa foi criado com o objetivo de promover a qualificação profissional e social dos jovens rurais, com idades entre 18 e 29 anos. As ações do programa ocorrem no sentido de acabar com a separação completa entre trabalho manual e trabalho intelectual verificada no meio rural, e fomentar a realização de práticas a partir de uma visão agroecológica (CRUZ et al., 2017).

O objetivo do programa é dar oportunidade de estudo a jovens agricultores familiares que foram excluídos do sistema formal de ensino, elevando a escolaridade desses sujeitos pelo menos em nível de Ensino Fundamental, se constituindo em um programa de escolarização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que objetiva também a qualificação profissional, fornecendo-lhes conhecimentos e respeitando as individualidades de cada sujeito no que diz respeito às características culturais, econômicas, sociais e produtivas (HIDALGO, 2012).

## **2.3. Programa Nossa Primeira Terra (NPT)**

O Programa Nossa Primeira Terra (NPT) é uma linha de financiamento criada pelo governo federal, inserida no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF) que permite ao jovem agricultor financiar a compra de terras com juros de 1% ao ano. Os jovens que acessam esse programa recebem crédito de até R\$ 40 mil para projetos comunitários e de infra-estrutura. O objetivo de criação do programa é dar oportunidade aos jovens brasileiros para permanecerem no campo, evitando que estes migrem para as cidades e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento rural. Atua de forma a incentivar a sucessão no campo promovendo o empoderamento dos jovens (BRASIL, 2006).

Essa linha de financiamento é destinada para jovens que não possuam terras, estudantes de escolas agrotécnicas e que sejam filhos de agricultores. Para ter acesso, o jovem deve ter idade entre 18 e 29 anos, desejar adquirir sua própria unidade produtiva, apresentar renda anual de até R\$15.000 reais, patrimônio de até R\$30.000 reais e experiência com agricultura de no mínimo cinco anos (RANGEL, 2013).

#### **2.4. Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR)**

O Comitê Permanente de Juventude Rural é um espaço de discussão e formulação de ações políticas direcionadas para juventude rural, criado a partir de um grupo temático de juventude rural do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) que, no ano de 2008, tinha como objetivo formular uma proposta de política para a juventude rural. Desta forma, no ano de 2011, a ação desse grupo temático deu origem ao Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural (CPJR), que teve papel fundamental na elaboração do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural nos anos de 2015 e 2016 (BARCELLOS, 2015).

O objetivo de criação do programa é sugerir, acompanhar e avaliar as políticas públicas voltadas para os jovens que desenvolvem atividades no meio rural, atuar na promoção e estímulo a discussão de questões a respeito da juventude rural e informar suas atividades e resultados, por meio de relatórios, visando a elaboração de agendas que trabalhem possibilidades a curto, médio e longo prazo a consolidação de uma política nacional nessa temática (BARCELLOS, 2015).

#### **2.5. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um instrumento de política pública, criado pelo Governo Federal e instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, ambos de 2 julho de 2003, com a finalidade de “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos”. A sua criação fez com que as políticas públicas pudessem interferir na comercialização dos produtos oriundos desses agricultores, assegurando dessa forma a aquisição de seus produtos com remuneração adequada, além de incentivá-los a produzir mais e com incrementos de qualidade (SCHMITT, 2005; ANDRADE JÚNIOR, 2009).

Para Hespanhol (2013), a criação do PAA tem como principal objetivo quebrar o círculo da fome, provocado pela falta de políticas atuantes na criação de novas oportunidades de emprego e renda, propondo, dessa forma, uma maneira de se pensar tanto a questão das políticas sociais como aquelas destinadas à agricultura, visto que privilegia a agricultura familiar.

Segundo Agapto et al. (2012), a aquisição dos produtos acontece sem necessidade de licitações e o preço pago pelas mercadorias deve ser compatível com o valor dos mercados regionais. Esses alimentos devem ser distribuídos para entidades da rede assistencial, para cozinhas comunitárias, atendimento de famílias carentes através da confecção e distribuição de cestas, com o foco principal na população que vive em condições de vulnerabilidade social (GRISA et al., 2010).

Atualmente o PAA é praticado por meio de cinco modalidades, que são: Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Compra Direta Local com Doação Simultânea (CDLDS); Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (FEAF); Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA Leite ou IPCL); e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CAFDS) (AGAPTO et al., 2012).

Para participar do PAA, os produtores precisam se encaixar nas categorias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, de preferência se organizarem em cooperativas ou associações com no mínimo cinco agricultores para que o governo possa incitar a melhor organização dos agricultores para a comercializarem seus produtos (BASALDI, 2004).

## **2.6. Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR)**

O PAJUR, Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, é uma ação criada em 2014 visando a ampliação de direitos dos jovens rurais. É coordenado por meio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e realizado em parceria com o CNPq, universidades federais, grupos juvenis, fundações e outras organizações. Para a realização de suas ações, utiliza recursos do Ministério das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário e Cultura, da Conab e do Incra (MENEZES et al., 2014; BARCELLOS, 2015).

O objetivo do programa é estimular a geração de renda, facilitar o acesso da juventude às políticas públicas e novas tecnologias, de modo que estes se fortaleçam e alcancem sua autonomia, visando a permanência dos jovens no meio

rural. É considerado como um passo importante na busca de uma política nacional para a juventude rural (MENEZES et al., 2014).

### **2.7. Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente**

O Programa Juventude e Meio Ambiente foi criado em 2005 pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (MEC e MMA) para aumentar e estimular a discussão e a ação da juventude sobre as questões ambientais. A importância da criação desse programa foi discutida diversas vezes como prioridade na Conferência Nacional de Juventude e em Encontros Nacionais de Juventude e Meio Ambiente (BRASIL, 2013).

Dessa forma, a partir de uma pesquisa realizada nos anos de 2004 e 2005 com cerca de 150 jovens participantes dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs) do país, o programa foi formulado, o que contribuiu para identificar o perfil da juventude que já atuava na área, ou se interessava pela temática. Sua criação possibilitou ainda a identificação de lacunas no que diz respeito a educação ambiental (BRASIL, 2013).

O Programa Juventude e Meio Ambiente surge então com o objetivo de enfrentar os desafios identificados pela pesquisa em parceria com o governo federal e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente. O intuito do programa é incentivar a discussão sobre juventude e meio ambiente no contexto nacional, com foco no desenvolvimento de políticas públicas para a temática, visando a educação ambiental e o desenvolvimento de lideranças ambientais (BATISTA et al., 2015).

A formação dos jovens pode ser realizada presencialmente através das oficinas e encontros, ou a distância, através de videoconferências e chats. Os conteúdos trabalhados têm como enfoque cinco eixos principais: fortalecimento em organização, empreendedorismo, educação ambiental, participação política e educomunicação (BRASIL, 2006).

### **2.8. Programa Universidade Para Todos (ProUni)**

O Programa Universidade Para Todos, popularmente conhecido como ProUni é um programa criado em 2004 e transformado em lei em 2005 que atua ofertando bolsas de estudo, parciais ou integrais, para alunos cursarem o ensino superior em universidades privadas. Tem como objetivo básico é reduzir a desigualdade de acesso ao Ensino Superior (MORAES; TELLES, 2018).

De acordo com as normas do programa, para concorrer a uma bolsa de estudos o jovem deve atender alguns requisitos: não ter diploma de curso superior; ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano anterior ao processo seletivo e obtido nota mínima necessária para concorrer ao curso que deseja; ter renda familiar de até três salários mínimos por pessoa para bolsa parcial ou até um salário mínimo e meio por pessoa para bolsa integral e ter cursado o ensino médio em escola pública ou em particular, desde que com bolsa de estudos integral (BRASIL, 2005).

O ProUni abre inscrições semestralmente, sendo esta realizada de forma totalmente online. No momento da inscrição são solicitados o CPF e o número de inscrição do último Enem. Após finalizadas as inscrições, o Prounilibera os resultados classificando os candidatos de acordo com a pontuação obtida na prova do Enem. Aqueles cujas notas são mais altas vão sendo chamados para ocupar as vagas.

O ProUni foi criado com o objetivo de tornar o acesso à educação superior mais democrático, de modo a aumentar o número de vagas e estimular a busca pela educação superior por parte dos jovens, o que reflete em maior acesso a renda para essa parcela (BRASIL, 2006).

## **2.9. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)**

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado em 1999 com o intuito de financiar o ensino superior, de forma total ou parcial, para estudantes matriculados em instituições privadas que comprovem baixa renda familiar. Esse financiamento consiste em um apoio financeiro fornecido pelo Governo Federal para alunos que ingressaram em uma Instituição de Ensino Superior privada, que apresente avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), mas que não têm condições de arcar com as mensalidades da graduação (BOTELHO; PESSOA, 2016).

Para ter acesso ao FIES, o estudante precisa contar com média mínima de 450 pontos no Enem e a redação não pode ser zerada. O estudante que já possui o benefício do ProUni apenas poderá solicitar o FIES se possuir a bolsa parcial, que corresponde a 50% do valor, e necessitar do financiamento estudantil para pagar a outra metade da mensalidade. O FIES abre inscrições no início de cada semestre

para o candidato que deseja concorrer ao financiamento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014).

É possível solicitar o financiamento que varie de 10% a 100% do valor da mensalidade, porém, o valor total a ser pago mensalmente à instituição não pode ser superior a R\$ 7.000,00. Após o fim da graduação, o beneficiado deverá devolver o valor financiado pelo governo em parcelas mensais. O governo estabelece que o prazo máximo para quitação do financiamento seja de 14 anos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014).

### **3. MATERIAL E MÉTODOS**

A pesquisa foi realizada com jovens com idade entre 18 a 29 anos, seguindo o determinado pela Política Nacional da Juventude que considera pessoas nessa faixa etária como jovens, o que corresponde a fase entre a puberdade e a vida adulta (BRASIL, 2006). Os entrevistados em questão eram filhos ou netos de agricultores familiares ou patronais, considerados os prováveis sucessores das propriedades rurais de dezessete diferentes municípios do estado de Mato Grosso.

A pesquisa é do tipo descritiva com abordagem qualitativa e teve como instrumento de coleta formulário estruturado. A pesquisa qualitativa se preocupa com o aprofundamento da compreensão de uma temática ou grupo social, em detrimento da representatividade numérica (GOLDENBERG, 2004). Os sujeitos pesquisados devem gerar novas e aprofundadas informações, independentemente de ser uma amostra grande ou pequena (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Foi elaborado um formulário com perguntas abertas e fechadas para a realização da pesquisa. De acordo com Gerhardt et al. (2009), o formulário é um instrumento de pesquisa que apresenta uma série de perguntas que devem ser formuladas e anotadas pelo entrevistador. Para facilitar a aplicação deste instrumento, as questões devem estar organizadas das mais simples às mais complexas. Apresenta como vantagem a flexibilidade durante a aplicação, visto que, existe a possibilidade de adaptação ou reformulação das questões de modo a facilitar a compreensão dos entrevistados.

O método utilizado para se determinar quais seriam os sujeitos pesquisados foi o método de amostragem Snowball (bola de neve), uma técnica considerada como não probabilística, utilizada em pesquisas sociais onde os primeiros

participantes indicam novos participantes que fazem parte do universo do estudo, e estes por sua vez indicam outras pessoas (VINUTO, 2014).

Para isso, primeiramente encontra-se um indivíduo pertencente à população-alvo do estudo, sendo denominado como semente (CARMO; FERREIRA, 2008). Em seguida pede-se para a semente indique informações de outros membros da população que se enquadrem nas características da pesquisa, que serão denominados de frutos, por terem sido oriundos das sementes. Esse processo é realizado até que as respostas obtidas comecem a se repetir (ALBUQUERQUE, 2009).

Segundo Dewes (2013), o método de amostragem bola de neve faz com que o pesquisador encontre populações que não teria acesso através de outro método, no caso de populações com características e comportamentos históricos, o que se caracteriza como uma grande vantagem do método.

Seguindo a metodologia, o primeiro contato foi realizado através de um levantamento dos filhos de agricultores ou pecuaristas nos cursos de Agronomia e Administração em Agronegócios na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *campus* de Tangará da Serra. Os primeiros jovens entrevistados, denominados de sementes pela metodologia, indicaram conhecidos que também se enquadravam nos requisitos da pesquisa, e assim sucessivamente, completando então, o método bola de neve.

Foram entrevistados 36 jovens, sendo 20 homens (55,6%) e 16 mulheres (44,4%). As idades dos entrevistados variaram de 18 a 28 anos, apresentando uma média de 22,4 anos. A tabulação dos dados foi realizada no programa Microsoft Excel 2010 para posterior análise de conteúdo das respostas e discussão dos resultados.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Primeiramente, os jovens entrevistados foram questionados a respeito de seus conhecimentos no que se refere a políticas públicas voltadas para juventude rural. Para tal questionamento, 91,7% dos entrevistados afirmaram que não conhecem qualquer política pública que tenha os jovens rurais como público alvo. Apenas 8,3% dos entrevistados relataram conhecer, sendo que 5,5% conhecem o Pronaf Jovem, através de disciplinas cursadas durante a graduação, e 2,8% conhecem o Fies e o Prouni. 66,7% dos entrevistados que relataram conhecer pelo

menos uma política pública ou programa para juventude rural são filhos de agricultores familiares e 33,3% são filhos de agricultores patronais.

Na sequência, os jovens foram orientados a responder sobre quais políticas públicas ou programas apresentados no quadro do formulário eles: a) nunca ouviram falar; b) ouviram falar; c) conhecem ou d) tiveram acesso. Posteriormente, solicitou-se aos jovens que atribuíssem um grau de importância para as políticas públicas em estudo, que variasse de 0 a 5, sendo que nota zero deveria ser atribuída às políticas que os entrevistados considerassem sem importância e nota cinco àquelas que eles considerassem totalmente importantes/fundamentais. Para isso, desconsiderou-se o grau de importância atribuído por aqueles que responderam nunca terem ouvido falar a respeito da política pública ou programa em questão. As respostas referentes ao grau de importância, portanto, são dos entrevistados que relataram ter ouvido falar, conhecer ou ter tido acesso a elas.

Com relação ao Pronaf Jovem, 72,2% dos entrevistados responderam que nunca ouviram falar e 27,8% relataram que já ouviram falar. Nenhum dos entrevistados responderam conhecer essa política pública ou ter tido acesso a ela. Entre os entrevistados que já ouviram falar do Pronaf Jovem, 16,7% são filhos de agricultores familiares e 11,1% são filhos de agricultores patronais (Tabela 1). Com relação ao grau de importância, 11,1% dos entrevistados atribuíram grau cinco, o que significa que estes consideram essa política pública totalmente importante. Na sequência, 8,3% atribuíram grau quatro, 5,6% atribuíram nota três e 2,8% atribuíram nota um.

**Tabela 1 – Conhecimento dos entrevistados sobre o Pronaf Jovem.**

<b>PRONAF JOVEM</b>	Nunca Ouviu Falar	Ouviu Falar
Familiar	50%	16,7%
Patronal	22,2%	11,1%
Total	72,2%	27,8%

**Fonte: Dados da pesquisa (2018).**

No caso do Projovem Campo – Saberes da Terra, 88,9% dos entrevistados relataram que nunca ouviram falar e 11,1% responderam que já ouviram falar, sendo que destes, metade são filhos de agricultores familiares e metade de agricultores patronais (Tabela 2). Nenhum jovem afirmou conhecer ou ter tido acesso a esse programa. No que diz respeito ao grau de importância, 2,8% dos entrevistados

atribuíram grau de importância 5, a mesma porcentagem de entrevistados atribuiu notas zero, um e três.

**Tabela 2 – Conhecimento dos entrevistados sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra.**

<b>PROJOVEM CAMPO</b>	Nunca Ouviu Falar	Ouviu Falar
Familiar	61,1%	5,6%
Patronal	27,8%	5,6%
Total	88,9%	11,1%%

**Fonte: Dados da pesquisa (2018).**

Tanto quando questionados a respeito do Programa Nossa Primeira Terra, quanto ao Comitê Permanente De Juventude Rural (CPJR), 94,4% dos entrevistados responderam que nunca ouviram falar e apenas 5,6% relataram que já ouviram falar, sendo estes filhos de agricultores familiares (Tabela 3). Em ambos os casos nenhum jovem relatou conhecer ou ter tido acesso a eles. Com relação ao grau de importância, no caso do Programa Nossa Primeira Terra, 2,8% atribuíram nota três, e a mesma porcentagem atribuiu nota quatro. Para o CPJR, 5,6% atribuíram nota quatro.

**Tabela 3 – Conhecimento dos entrevistados sobre o Programa Nossa Primeira Terra (PNPT) e o Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR).**

<b>PNPT</b>	Nunca Ouviu Falar	Ouviu Falar
Familiar	61,1%	5,6%
Patronal	33,3%	0
Total	94,4%	5,6%

**Fonte: Dados da pesquisa (2018).**

Com relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 50% dos jovens responderam que nunca ouviram falar, 22,2% ouviram falar e 27,8% afirmaram que efetivamente conhecem o programa. Todos os jovens que responderam ter ouvido falar são filhos de agricultores familiares. Quanto aqueles que afirmaram conhecer o programa, 19,5% são filhos de agricultores familiares e 8,3% são filhos de agricultores patronais. Em contrapartida, nenhum jovem afirmou ter tido acesso a ele (Tabela 4). Com relação ao grau de importância, 30,6% dos entrevistados atribuíram nota cinco, considerando o programa como fundamental e 13,9% atribuíram nota quatro.

**Tabela 4 – Conhecimento dos entrevistados sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).**

<b>PAA</b>	Nunca Ouviu Falar	Ouviu Falar	Conhece
Familiar	25%	22,2%	19,5%
Patronal	25%	0	8,3%
Total	50%	22,2%	27,8%

**Fonte: Dados da pesquisa (2018).**

Becker e Sacco dos Anjos (2010), analisando a influência do PAA na dinâmica produtiva das famílias rurais em três municípios do extremo sul gaúcho e avaliando os impactos provocados na questão da segurança alimentar, observaram que o PAA impulsionou a produção de uma grande diversidade de gêneros alimentícios. Os autores verificaram que a renda garantida através do fornecimento do Programa propiciou melhorias e investimentos na unidade produtiva, bem como incentivou a comercialização por outros canais, o que provavelmente daria esperança para os jovens permanecerem no meio rural dando continuidade à atividade dos pais. Segundo Stiglbauer e Weiss (2000), a existência de retornos financeiros positivos para as atividades agrícolas cria incentivos para que os filhos trabalhem nas propriedades quando jovens.

No caso do Programa De Fortalecimento Da Autonomia Econômica E Social Da Juventude Rural (PAJUR), 97,2% dos jovens nunca ouviram falar e 2,8% ouviram falar (Tabela 5). Essa parcela, que corresponde a filhos de agricultores familiares, atribuiu grau de importância quatro para o programa. Nenhum jovem conhece efetivamente ou teve acesso ao programa.

**Tabela 5 – Conhecimento dos entrevistados sobre o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR).**

<b>PAJUR</b>	Nunca Ouviu Falar	Ouviu Falar
Familiar	63,9%	2,8%
Patronal	33,3%	0
Total	97,2%	2,8%

**Fonte: Dados da pesquisa (2018).**

Com relação ao Programa Juventude e Meio Ambiente, 86,1% dos jovens afirmaram que nunca ouviram falar e 13,9% relataram que já ouviram falar a respeito, sendo que 8,3% destes atribuíram grau de importância cinco para o programa, considerando-o como fundamental. Porém, assim como no caso anterior,

nenhum entrevistado conhece ou teve acesso ao programa. Entre os jovens que relataram ter ouvido falar sobre o programa, 8,3% são filhos de agricultores familiares e 5,6% são filhos de agricultores patronais (Tabela 6).

**Tabela 6 – Conhecimento dos entrevistados sobre o Programa Juventude e Meio Ambiente.**

<b>JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE</b>	Nunca Ouviu Falar	Ouviu Falar
Familiar	58,3%	8,3%
Patronal	27,8%	5,6%
Total	86,1%	13,9 %

**Fonte: Dados da pesquisa (2018).**

Verificou-se, porém, que quando questionados sobre os programas voltados para o acesso ao ensino superior, como o ProUni e o Fies, nenhum jovem respondeu nunca ter ouvido falar a respeito. No caso do ProUni, 47,2% dos entrevistados responderam que já ouviram falar, 47,2% afirmaram que efetivamente conhecem o programa e 5,6% responderam que já tiveram acesso a ele. Com relação ao Fies, 27,8% disseram que já ouviram falar, 66,7% responderam que conhecem esse tipo de financiamento estudantil e 5,6% afirmaram que já tiveram acesso.

No caso do ProUni, 33,3% dos jovens que ouviram falar do programa são filhos de agricultores familiares e 13,9% são filhos de agricultores patronais. Quanto aqueles que responderam conhecer efetivamente o programa, 30,5% são filhos de agricultores familiares e 16,7% de patronais. Metade dos jovens que tiveram acesso ao ProUni são filhos de agricultores familiares, e a outra metade de patronais (Tabela 7).

**Tabela 7 – Conhecimento dos entrevistados sobre o Programa Universidade Para Todos (ProUni).**

<b>PROUNI</b>	Nunca Ouviu Falar	Ouviu Falar	Conhece	Teve Acesso
Familiar	0	33,3%	30,5%	2,8%
Patronal	0	13,9%	16,7%	2,8%
Total	0	47,2%	47,2%	5,6%

**Fonte: Dados da pesquisa (2018).**

No caso do Fies, 19,4% dos que ouviram falar do financiamento estudantil são filhos de agricultores familiares e 8,3% são filhos de agricultores patronais. Quanto aqueles que realmente conhecem, 41,7% são filhos de agricultores familiares e 25% de agricultores patronais. Todos os jovens que tiveram acesso ao Fies são filhos de agricultores familiares (Tabela 8).

**Tabela 8 – Conhecimento dos entrevistados sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).**

<b>FIES</b>	Nunca Ouviu Falar	Ouviu Falar	Conhece	Teve Acesso
Familiar	0	19,4%	41,7%	5,6%
Patronal	0	8,3%	25%	0
Total	0	27,7%	66,7%	5,6%

**Fonte: Dados da pesquisa (2018).**

No que diz respeito ao grau de importância, para o ProUni 52,8% atribuíram nota cinco, 19,4% atribuíram nota quatro e 22,2% atribuíram nota três. Para o Fies, 55,6% dos entrevistados atribuíram nota cinco, 25% atribuíram nota quatro e 8,3% atribuíram nota três.

## **5. CONCLUSÃO**

Conclui-se que os entrevistados, de uma forma geral, apresentam um baixo nível de conhecimento no que se refere a políticas públicas ou programas voltados para a juventude rural, independentemente de serem filhos de agricultores familiares ou patronais. A situação é ainda mais grave por se tratar de jovens com alto nível de escolaridade, se comparados a característica da população rural brasileira, que, de uma forma geral, apresenta nível de escolaridade baixo.

As únicas políticas públicas ou programas que os jovens responderam conhecer foram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e o Financiamento Estudantil (FIES). Entre essas, porém, os jovens apenas tiveram acesso as políticas estudantis, ProUni e Fies. Todos os jovens que tiveram acesso ao Fies são filhos de agricultores familiares. Quanto aos jovens que tiveram acesso ao ProUni, metade é filho de agricultor patronal e a outra metade de agricultor familiar.

Os dados obtidos pela pesquisa são preocupantes, visto que, fica evidente que os jovens entrevistados, de uma forma geral, não têm acesso as políticas

públicas voltadas para a juventude rural. Uma pequena parcela tem conhecimento sobre os programas, mas a grande maioria nunca ouviu falar a respeito. A falta de conhecimento a respeito dessas políticas que atuam como espaços de discussão e fomento para a permanência da juventude rural no campo, se constitui como um grande entrave para a ocorrência da sucessão familiar. Infere-se então, que a necessidade primária é fazer a informação chegar até o jovem rural de modo que este tenha acesso ao recurso e que isso fomente a participação e a mobilização de lideranças no campo.

A pesquisa não teve como intuito finalizar as discussões sobre a problemática, mas sim, constitui-se em um ponto de partida para outros estudos relevantes sobre o tema em questão.

## 6. REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P. et al. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 2, 2012.

ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem respondent-drivensampling na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. 2009.99 p. Dissertação (Mestrado em Ciência na área de Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.

ANDRADE JÚNIOR, R. C. O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina: o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (COOARPA). **Cadernos do CEOM**, v. 22, n. 30, 2009.

BARCELLOS, S. B. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 32, 2015.

BARCELLOS, S. B. As Políticas Públicas para a juventude rural: o Pronaf Jovem em debate. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 48, 2017.

BASALDI, O. V. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar: os primeiros resultados obtidos em 2003. **Informações Econômicas**, v. 34, n. 5, 2004.

BATISTA, N. L.; BECKER, E. L. S.; CASSOL, R. Um breve olhar sobre o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente. **GeoTextos**, v. 11, n. 1, 2015.

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural: limites e possibilidades de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, 2010.

BIANCHINI, V. Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015: Avanços e Desafios, **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Brasília, 2015.

BOTELHO, V. PESSOA, S. Financiamento estudantil no Brasil: como definir sustentabilidade? **Radar**, v. 46, 2016.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2005.

BRASIL. **Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2013. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao-de-educadores>>. Acesso em: 18 julho 2018.

CARMO, H.; FERREIRA, M. **Metodologia da investigação—Guia para Autoaprendizagem**. 2 ed. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

CRUZ, E.; LIMA, V. C. S.; SILVA, V. R. O enfoque da agroecologia no Projovem Campo Saberes da Terra Goitacá: limites e desafios para a agricultura familiar sustentável. *Cadernos de Agroecologia*, **Anais do II SNEA**, v. 12, n. 1, 2017.

DELFINI, S. T.; OLIVEIRA, J. T. A. Agricultura familiar e empreendedorismo: análise e avaliação do programa de formação de jovens empresários rurais (PROJOVEM). **Revista Ceres**, v. 56, n.6, 2009.

DEWES, J. O. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos**. 2013. 53 p. Monografia (Bacharel em Estatística). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GERHARDT, T. E.; RAMOS, I. C. A.; RIQUINHO, D. L.; SANTOS, D. L. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOUVEIA, C. N. N. A. **Avaliação do Impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na qualidade de vida de jovens agricultores familiares paraibanos**. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba.

GRISA, C. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, n. 13, 2010.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, 2013.

HIDALGO, A. M. Projetos educativos para as populações do campo nos anos de 1950 e ProJovem Campo – Saberes da Terra: desenvolvimentismo e proposições dos organismos internacionais. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 2, 2012.

MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; S. B. BARCELLOS. Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil. **Coleção Juventude - Série Estudos**, Brasília, n.1, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa no 21, de 26 de dezembro de 2014**. Diário Oficial Da União. Brasília, 2014.

MIRANDA, D. L. R.; GOMES, B. M. A. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 28, n. 3, 2016.

MORAES, M. M.; TELLES, J. C. S. Prouni: Uma Política Pública sob a ótica da educação popular. **Revista Científica Faculdade de Balsas**, v. 9, n. 1, p. 59-66, 2018.

RANGEL, M. C. **Nossa Primeira Terra – Programa Nacional de Crédito Fundiário do estado do Piauí como instrumento de desenvolvimento rural sustentável: limitações e potencialidades**. 2013. 41 f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, v. 14, n. 2, 2005.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

STIGLBAUER, A. M.; WEISS, C. R. Family and non-family succession in the upper-Austrian farm sector. **Cahiers d'économie et sociologierurales**, n. 54, 2000.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WEISHEMER, N. **Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2005.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, realizada com jovens filhos de produtores rurais nos diferentes municípios do estado de Mato Grosso, pode-se verificar que a sucessão familiar ocorrerá para 41,7% dos jovens, que afirmaram o desejo de trabalhar na propriedade rural dos pais, dando continuidade as atividades desenvolvidas por eles, sendo estes 22,2% filhos de agricultores patronais e 19,5% filhos de agricultores familiares. Porém, também é considerável a parcela que relatou o desejo de trabalhar para terceiros inicialmente, para adquirir experiência e conseguir dinheiro para investir na propriedade dos pais, considerando-a como uma segunda fonte de renda, ou futuramente, após serem realizados os investimentos desejados, a fonte de renda principal, casos observados principalmente com filhos de agricultores familiares.

Apesar de ser expressivo o número de jovens que relataram o desejo de realizar a sucessão familiar ou investir na propriedade como uma segunda fonte de renda, verificou-se que o nível de conhecimento, e principalmente, o acesso a políticas públicas ou programas voltados para a juventude rural é baixo. Independentemente de serem filhos de agricultores familiares ou patronais, de uma forma geral, os jovens se mostraram carentes quanto a esse tipo de informação.

Infere-se, dessa forma, que nos casos em que a sucessão familiar tende a ocorrer, é devido ao desejo do próprio jovem, sua identificação com o meio rural e vocação para desenvolver tais atividades, bem como por condições favoráveis criadas pela família, mas não devido ao auxílio de políticas públicas criadas para tal problemática. Sendo assim, observa-se a necessidade de se criar estratégias para que a informação referente a essas políticas públicas e programas cheguem até o jovem do campo, de modo que este possa utilizar os recursos existentes para auxiliar sua permanência no meio rural.

## ANEXO I

## FORMULÁRIO

**Nome do (a) Entrevistado (a):**

---

**Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Experiência com Agricultura e Agropecuária:** ( ) Sim ( ) Não

**Tempo:** ( ) 0 -5 anos ( ) 6 – 10 anos ( ) 11 – 15 anos ( ) 16 - 20 anos

( ) +21 anos

**Residência:** ( ) Assentamento ( ) Fazenda ( ) Cidade

**Tempo em que reside:** ( ) 0 - 5 anos ( ) 6 - 10 anos ( ) 11 – 15 anos

( ) +16 anos

**Tamanho da propriedade:** \_\_\_\_\_

**Local da propriedade:**

**Escolaridade:** ( ) Não Alfabetizado ( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio ( ) Superior Incompleto ( ) Superior Completo

**A Instituição de ensino onde estuda está a que distância da propriedade?**

\_\_\_\_\_.

**Consegue/conseguiria morar na propriedade rural e estudar ou tem/teve que sair para o núcleo urbano mais próximo para estudar? Caso responda sim, isso o impede/impediu de continuar na propriedade dos pais?**

\_\_\_\_\_

**À quais recursos tecnológicos você tem acesso na propriedade?**

( ) Internet móvel ( ) Wi-fi ( ) Celular ( ) Antena Parabólica ( ) TV por assinatura

**Gostaria de fazer ou já fez algum curso para se capacitar? Qual?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Pretende fazer ou já fez ensino médio profissionalizante – técnico agropecuário? Ou pretende continuar a estudar para ir embora?**

---

---

**A propriedade é proveniente de sucessão familiar?**

---

---

**Você ajuda com atividades ou trabalho na propriedade? Se sim, que tipo de trabalho? Ele é diário, semanal ou eventual?**

---

---

**Você participa das decisões sobre as atividades desenvolvidas na propriedade? Como?**

---

---

**Você recebe alguma forma de pagamento pelo seu trabalho? Se sim, é suficiente?**

---

---

**Tem mais irmãos? Acredita que a terra seria suficiente para todos trabalharem? Ela pode gerar renda suficiente?**

---

---

**Pretende conquistar sua própria propriedade? De que forma?**

---

---

**Possui alguma fonte de renda fora da propriedade?**

---

---

**O que você faz no seu tempo livre?**

---

---

**Você se relaciona com os outros jovens do meio rural? Como?**

---

---

**Você gosta de viver no meio rural? Por quê?**

---

---

**Você gostaria de morar/continuar morando no meio rural e trabalhar com agropecuária? Caso responda não... O que precisaria ter ou acontecer para que mudasse de ideia?**

---

---

**Qual a sua análise do cenário agrícola?**

---

---

**Qual a sua percepção sobre a questão ambiental? Acredita que sua opinião é diferente do seu pai/avô?**

---

---

**Se a propriedade fosse sua, quais seriam suas atitudes em relação a ela? Por quê? Você já falou isto com seus pais?**

---

---

**A família exerce outra atividade que não seja o agronegócio, em que você teria maior interesse em ser o sucessor (a)?**

---

---

**Qual sua expectativa/objetivos/planos pessoais para o futuro?**

( ) Continuar morando e trabalhando na propriedade em atividades agrícolas.

- ( ) Continuar morando na propriedade e trabalhar fora dela em atividade agrícola
- ( ) Continuar morando na propriedade e trabalhar fora dela em atividade não agrícola.
- ( ) Deixar a propriedade do pai, mas continuar no campo em outra propriedade.
- ( ) Morar na cidade, mas trabalhar na propriedade.
- ( ) Morar na cidade e trabalhar na cidade (atividade não agrícola).

**Conhece alguma política pública voltada para a juventude rural? Qual? Já teve acesso à essa política pública?**

---



---

**Das políticas públicas/programas abaixo, qual você já ouviu falar? Qual realmente conhece? A qual teve acesso? Atribuir grau de importância de 0-5, sendo 0= sem nenhuma importância e 5= Totalmente importante/fundamental.**

	<b>Nunca ouviu falar</b>	<b>Ouviu falar</b>	<b>Conhece</b>	<b>Teve acesso</b>	<b>Grau Importância</b>
<b>Pronaf Jovem</b>					
<b>Pro jovem campo- Saberes da terra.</b>					
<b>Programa Nossa primeira terra.</b>					
<b>Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR)</b>					
<b>Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)</b>					
<b>Programa de fortalecimento da autonomia econômica e social da juventude</b>					

<b>rural (PAJUR)</b>					
<b>Programa “Juventude e Meio Ambiente”</b>					
<b>Prouni</b>					
<b>Fies</b>					

**ANEXO II**  
**NORMAS DA REVISTA INTERAÇÕES**

**ISSN 1518-7012 versão impressa**

**ISSN 1984-042X versão online**

A política editorial da INTER tem como princípio, registrar e divulgar o conhecimento da comunidade científica nacional e internacional. Para tanto, estimula e desenvolve o intercâmbio entre pesquisadores, docentes, discentes e profissionais, atuantes no tema desenvolvimento locais, facilitando a aproximação entre o conhecimento científico e a comunidade. Outra vertente da revista é fomentar o intercâmbio de informações e experiências no âmbito do desenvolvimento local e temas correlatos com outras instituições, estabelecendo-se assim, um canal de divulgação de estudos e progressos recentes nos diversos domínios do conhecimento que convergem para essa temática.

As áreas de interesse da INTER estão voltadas para o desenvolvimento local no contexto da territorialidade, com aporte nos micros e pequenos empreendimentos: redes empresariais, sistemas e arranjos produtivos locais, sistemas agro-florestais e de criação animal, cadeias produtivas, com enfoque nos processos interativos, cooperativos, organizativos, inovativos e sustentáveis dos atores envolvidos. São também de grande interesse da revista, publicações voltadas para as dimensões sócio-comunitárias com atenção em comunidades tradicionais: teoria do agrupamento societário, comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, populações ribeirinhas, comunidades religiosas, entre outras), com enfoque no modo de vida, conhecimento tradicional acumulado e formas de desempenho territorial para o desenvolvimento local.

A INTER publica artigos que possam focar o desenvolvimento local, via reflexões teóricas e relatos de práticas, estabelecendo uma produtiva interação entre práxis e os conceitos (artigos, entrevistas, relatos, práxis-conceitos). Eventualmente são publicados os resumos das dissertações apresentadas no programa de Pós-graduação em desenvolvimento local Mestrado acadêmico da UCDB.

A avaliação da INTER é feita por pares da revista, semestralmente via reunião do Conselho do PPGDL (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local), ocasião em que são analisados os artigos publicados, com sugestões que cada vez mais a revista possa ser aprimorada.

O público da revista é de docentes, discentes, egressos, profissionais das diversas áreas do conhecimento, gestores empresariais de instituições públicas e privadas, governança local, regional, nacional e internacional. Realiza-se também o sistema de comute com outras instituições.

Roteiro para avaliação objetiva de artigos propostos à publicação:

A revista on-line tem acesso aberto e gratuito. Não há taxas para submissão e avaliação de artigos.

#### POLÍTICA CONTRA PLÁGIO E MÁIS-CONDUTAS EM PESQUISA

Continuando nossa tradição de excelência, informamos as melhorias editoriais que visam fortalecer a integridade dos artigos publicados por esta revista. Em conformidade com as diretrizes do COPE (Committee on Publication Ethics), que visam incentivar a identificação de plágio, más práticas, fraudes, possíveis violações de ética e abertura de processos, indicamos:

1. Os autores devem visitar o website do COPE <http://publicationethics.org>, que contém informações para autores e editores sobre a ética em pesquisa;

2. Antes da submissão, os autores devem seguir os seguintes critérios:

- artigos que contenham aquisição de dados ou análise e interpretação de dados de outras publicações devem ser referenciadas de forma explícita ;

- na redação de artigos que contenham uma revisão crítica do conteúdo intelectual de outros autores, estes deverão ser devidamente citados;

- todos os autores devem atender os critérios de autoria inédita do artigo e nenhum dos pesquisadores envolvidos na pesquisa poderá ser omitido da lista de autores;

- a aprovação final do artigo será feita pelos editores e conselho editorial.

3. Para responder aos critérios, serão realizados os seguintes procedimentos:

Os editores avaliarão os manuscritos com o sistema CrossCheck logo após a submissão , a partir dos seguintes critérios:

1. Avaliação do conteúdo textual dos artigos científicos, na busca de identificação de plágio, submissões que já foram publicadas, possíveis fraudes em pesquisa;

2. Após os resultados, caberá aos editores e conselho editorial decidir se o artigo poderá ou não ser enviado para revisão por no mínimo três consultores para a avaliação da área de conhecimento da pesquisa, de instituições de ensino e/ou pesquisa nacionais e estrangeiras, de comprovada produção científica.

3. Após a avaliação e possíveis sugestões, o artigo será aceito se houver dois pareceres favoráveis e rejeitado quando dois pareceres forem desfavoráveis.

## **INSTRUÇÕES AOS AUTORES - CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO REVISTA INTERAÇÕES**

Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.

Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.

Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por três professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.

Art. 4º - Ao Conselho Editorial caberá a avaliação de trabalhos para publicação.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.

Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial.

Parágrafo 3º - O Conselho Editorial, se necessário, submeterá os artigos a consultores *ad hoc*, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.

Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.

Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:

I - Artigos inéditos, que envolvam, sob forma de estudos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.

II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa, que constituam fundamentos da área específica de Desenvolvimento Local e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.

III - Entrevistas inéditas sobre trabalhos relevantes e voltados para o Desenvolvimento Local.

IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.

Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - Os artigos deverão conter obrigatoriamente:

a) título em português, inglês, francês e espanhol;

b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé as respectivas instituições, endereços eletrônicos, dados relativos à produção do artigo, bem como possíveis auxílios institucionais;

c) cada artigo deverá conter, no máximo, três autores, os quais, pela simples submissão do artigo, assumem a responsabilidade sobre autoria e domínio de seu conteúdo;

d) resumo em português, inglês, francês e espanhol com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados,

respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;

e) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;

f) referências.

II - Os trabalhos devem ser encaminhados para [acdorsa@ucdb.br](mailto:acdorsa@ucdb.br), dentro da seguinte formatação:

a) arquivo no padrão Microsoft Word;

b) autorização para publicação (Art. 7º), devidamente assinada pelo(s) autor(es), digitalizada, bem como endereço completo para correspondência, para o recebimento dos exemplares;

c) O texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;

d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o texto deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;

e) a fonte utilizada deve ser a Times New Roman, tamanho 12;

f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;

III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto rigorosamente corrigido e revisado.

IV - Eventuais ilustrações, fotos, imagens e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, em formato TIFF, JPG, WMF ou EPS, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.

V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7o - O(s) autor(es) deverá(ão) enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no site do periódico).

Art. 8o - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa

Art. 9o - A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.

Art. 10o - Os autores que publicarem artigos na Interações só poderão publicar novamente após um período de dois anos.

Art. 11o - Em um mesmo número da Revista não será permitido constar mais de um artigo do mesmo autor, mesmo que em coautoria.

Art. 12o - Ao autor de trabalho aprovado e publicado será fornecido, gratuitamente, um exemplar do número correspondente da Revista.

Art. 13o - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

*In extenso*: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado "avessa ao contato com o ser humano"...

b) Referências:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. A redefinição do lugar. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

### **Forma e preparação de manuscritos:**

A **INTER** destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local. A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:

a) título em português, inglês, francês e espanhol;

b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé as respectivas instituições, endereços eletrônicos, dados relativos à produção do artigo, bem como possíveis auxílios institucionais;

- c) cada artigo deverá conter, no máximo, **três autores**, os quais, pela simples submissão do artigo, assumem a responsabilidade sobre autoria e domínio de seu conteúdo;
- d) resumo em português, inglês, francês e espanhol com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
- e) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
- f) referências.

II - Os trabalhos devem ser encaminhados para [acdorsa@ucdb.br](mailto:acdorsa@ucdb.br), dentro da seguinte formatação:

- a) arquivo no padrão Microsoft Word;
- b) autorização para publicação (Art. 7º), devidamente assinada pelo(s) autor(es), digitalizada, bem como **endereço completo para correspondência**, para o recebimento dos exemplares;
- c) o texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
- d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o texto deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
- e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
- f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;

III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.

IV - Eventuais ilustrações, fotos, imagens e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, em formato TIFF, JPG, WMF ou EPS, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.

V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação.

**ANEXO III**  
**NORMA DA REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (RPP)**  
**ISSN 2178-2865**

**Diretrizes para Autores**

A Revista de Políticas Públicas não cobra custos de processamento e nem de submissão de artigos.

Os trabalhos a serem aceitos pela RPP podem ser apresentados em forma de artigos ou ensaios contendo entre 14 e 20 páginas, excetuando a primeira página que deve comportar título, resumo e palavras-chave, no idioma do trabalho, o abstract e as keywords.

Artigos: resultantes de pesquisa teórica (bibliográfica ou documental), de pesquisa de natureza empírica e relatos de experiência. Devem debater ou fazer indicações para o aprofundamento e reflexão de questões relacionadas ao Dossiê Temático de cada número da RPP ou de outros temas atinentes ao campo das Políticas Públicas;

Ensaio: textos de caráter opinativo ou que apresentem reflexões para aprofundamento de questões afetas ao Dossiê Temático do volume correspondente da RPP ou de outros temas atinentes ao campo das Políticas Públicas.

O processo de avaliação do trabalho submetido será iniciado quando o texto encaminhado obedecer à Política de Seções e às demais recomendações do Periódico. Em situações fora dessas indicações, o trabalho será devolvido aos autores para as necessárias adequações às normas estabelecidas.

O autor que tiver publicado artigo nas edições regulares deve guardar um espaço temporal de doze meses para submeter nova publicação, exceto quando

convidado pela Comissão Editorial para elaborar resenhas, editoriais ou comentários específicos.

As questões éticas referentes às publicações de pesquisa com seres humanos são de inteira responsabilidade dos autores e devem estar em conformidade com os princípios contidos na Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial (1964, reformulada em 1975, 1983, 1989, 1989, 1996 e 2000) e na resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde.

Todo e qualquer encaminhamento à RPP deve ser acompanhado por (1) Declaração de Responsabilidade e a (2) Transferência de Direitos Autorais - marcados pelo (a) autor (a) durante o processo de submissão

Os trabalhos, antes de submetidos à RPP, devem ser revisados considerando as normas gramaticais vigentes e as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para elaboração dos originais considerar as normas da ABNT: NBR6022 (2003), para preparação de artigos em publicações periódicas, NBR6023 (2002), para elaboração das referências; NBR10520 (2002) para citações em documentos; NBR6028 (2003), para apresentação dos resumos. Nos aspectos gráficos (imagens, figuras, tabelas e gráficos, considerar as orientações da NBR14724 (2011). Durante a edição, os trabalhos podem ser adaptados ao projeto e ao formato editorial do Periódico.

### **1 Formatação dos textos**

Os trabalhos devem ser apresentados em formato A-4 e digitados em Word 2003, ou superior, ou ainda em RTF com:

- Fonte Times New Roman, corpo 12, para o texto e corpo; 10 para o resumo, abstract, citações de mais de três linhas e notas.

- Margens esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2 cm;

- Espaçamento entre linhas, 1,5 (um e meio) para o texto; citações com mais de três linhas, notas de rodapé, referências, resumo e abstract devem ser digitados em espaço simples;

- Recuo de 2 cm da margem esquerda para parágrafos e 4 cm para citações de mais de três linhas;

- A primeira página do texto deve conter TÍTULO, RESUMO E PALAVRAS-CHAVE, no idioma do trabalho, o ABSTRACT e as KEYWORDS

O título do trabalho na versão do idioma do texto e em inglês, com no máximo, 15 palavras, deve ser redigido em corpo 14, negrito, centralizado; o subtítulo, se houver, separado do título por dois pontos (:), deve vir em redondo, minúsculo, sem negrito;

O resumo com, até, 900 caracteres com espaço, em terceira pessoa, deve apresentar, de forma clara, o objetivo, a metodologia, o plano e os aspectos relevantes do texto. Deve vir acompanhado de três a cinco palavras-chave que demarquem o foco do trabalho.

Os textos do resumo e do abstract devem ser ajustados a margem, sem parágrafos.

O corpo do trabalho deve conter as seguintes partes antecedidas por algarismos e ajustados à margem esquerda:

**INTRODUÇÃO;**

**DESENVOLVIMENTO-** exposição pormenorizada do tema escolhido, podendo ser organizado em seções e subseções usadas para hierarquizar e delimitar os conteúdos. As seções devem ser enunciadas por títulos digitados em maiúsculas e em negrito. No caso das subseções, se houver, os títulos devem vir digitados em minúsculas e em negrito. Os títulos das demais seções (terciárias, quaternárias etc.) deverão ser digitados utilizando outros recursos, tais como: redondo ou itálico, em corpo menor que o do texto. Deve-se deixar um espaço duplo entre os parágrafos que se seguem aos títulos das seções;

**CONCLUSÃO;**

**REFERÊNCIAS;**

**NOTAS**, se houver, com comentários e informações referentes ao texto;

No caso de os trabalhos conterem desenhos, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, tabelas e outros, estes devem ser inseridos no texto, numerados em algarismos arábicos, acompanhados de título e fonte na parte superior da respectiva ilustração e abaixo a fonte. Observar os procedimentos éticos em relação a fotografias: fotos com pessoas, devem vir acompanhadas da permissão fotografados; fotos com crianças ou adolescentes, devem respeitar a legislação vigente. Se as ilustrações enviadas já tiverem sido publicadas, devem-se mencionar o título, a fonte e o crédito. Cabe à RPP garantir a padronização de tabelas, gráficos e ilustrações.

**Citações:** Devem ser elaboradas em conformidade com o disposto na NBR 10520, da ABNT, de agosto de 2002. As citações devem vir apresentadas pelo sistema autor-data. Aquelas com até três linhas devem ficar no corpo do texto, entre aspas, em fonte igual à do texto. As com mais de três linhas, devem ficar fora do corpo do texto, em fonte 10, espaço simples, recuada para a linha do parágrafo na margem esquerda e margem direita igual à do texto. As citações devem ser indicadas pelo sobrenome do autor, seguido da data da publicação (citação indireta) e da página consultada (citação direta), de modo que, quando o nome do autor fizer parte da sentença, somente a data e a página aparecem entre parênteses. Ex.: Silva (1997, p. 32). Se o nome do autor não estiver incluído na sentença, este é mostrado no final da frase, em caixa alta, entre parênteses. Ex: (SILVA, 1997, p. 78). Quando o trabalho citado pertencer a dois ou três autores, o sobrenome dos dois é indicado separadamente, utilizando o ponto e vírgula. Ex.: (SILVA; COSTA, 1997, p. 34). Nas situações em que o trabalho tiver mais de três autores, o sobrenome do primeiro é indicado seguido da expressão et al. (Ex.: FERNANDES et al., 1998, p. 3). No caso de trabalho sem autoria, a chamada é feita pela primeira palavra do título, em maiúsculas, seguida de reticências, data e página. Ex.: (COMUNIDADE..., 1997, p. 89).

**Referências,** De acordo com a NBR 6023, de agosto de 2002, no sistema autor-data. Considerar apenas os documentos citados no texto. Utilizar somente o **negrito** como forma de destaque tipográfico. Exemplos de Referências:

- Livros (obra completa): OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- Capítulo (volume, fragmento e outras partes de uma obra com autor próprio): TELLES, Vera. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). In: OLIVERIA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.195-220.
- Legislação: BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

- Periódicos – Revistas: FARIAS, F.B. Paris na era do imperialismo global: o jornal, a rua e o supermercado. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 17-40, jan./jun. 2015.

- Dissertação e tese: SITCOVSKY, Marcelo. **Bolsa família e reprodução da força de trabalho no Brasil**: implicações socioeconômicas e políticas. 2010. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

- Evento (congressos,encontros...): SILVEIRA Jr., Adilson Aquino. A Assistência Social no Brasil - o estado da arte. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010, p.6-7

- Entrevista: FALEIROS, Vicente de P. A violência contra a pessoa idosa. São Luís, 2014. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 17-40, jan./jun. 2015. Entrevista concedida a Jacira do Nascimento Serra.

- Documento eletrônico: SANTOS, B. de S. **Carta Aberta ao STF**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em:<<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/508612-cartaabertaao STF>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

### **Condições para submissão**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

O trabalho é original e inédito e não se encontra em processo de avaliação com vistas à publicação em outro periódico.

Os arquivos submetidos estão em formato Microsoft Word ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB).

O trabalho atende aos requisitos de formatação da RPP conforme indicados no item "Diretrizes aos Autores" desse Periódico. As submissões que não estiverem de acordo com as normas da RPP serão devolvidas aos autores.

O texto está de acordo com as normas técnicas da ABNT.

Foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, a identificação de autoria do texto assegurando, assim, a avaliação cega por pares.

### **Declaração de Direito Autoral**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**Termo de Transferência de Direitos Autorais**

Como condição para a submissão, os autores devem declarar a autoria do trabalho e concordar com o Termo de Cessão de Direitos Autorais, marcando a caixa de seleção após a leitura das cláusulas)

Declaro que participei da elaboração do trabalho referido, em parte ou no todo; que não omiti qualquer ligação ou acordo de financiamento entre os autores e instituições ou empresas que possam ter interesses na publicação desse trabalho;

Declaro tratar-se de texto original, isento de compilação, em parte ou na íntegra, de minha autoria ou de outro (os) autor (es);

Declaro que o texto não foi enviado a outra revista (impresa ou eletrônica) e não o será enquanto a possibilidade de sua publicação esteja sendo considerada pela RPP;

Declaro que transfiro os direitos autorais do trabalho especificado para a RPP, comprometendo-me a não reproduzir o texto, total ou parcialmente, em qualquer meio de divulgação, impresso ou eletrônico, sem prévia autorização dessa Revista.

Declaro que tenho conhecimento que a cessão do texto à RPP é gratuita e, portanto, não haverá qualquer tipo de remuneração pela sua utilização.